



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2711/15	DATA: 10/12/2015	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 10h26min	TÉRMINO: 14h06min	PÁGINAS: 71

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

LUIZ FERNANDES ROCHA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará.  
HILÁRIO VASCONCELOS ROCHA - Secretário Municipal de Meio Ambiente de Itaituba/PA.  
REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO - Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica da Diretoria de Licenciamento Ambiental — DILIC do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis — IBAMA.  
MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS RÊGO - Chefe da Assessoria Especial em Gestão Socioambiental da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia — MME.  
FELÍCIO PONTES JÚNIOR - Procurador Regional da República da 1º Região.  
ADALTO AKAY MUNDURUKU - Chefe dos Guerreiros do Povo Munduruku.

SUMÁRIO

Discussão do estudo e relatório de impacto ambiental do aproveitamento hidrelétrico São Luiz do Tapajós, em face do parecer técnico elaborado pela comissão especial constituída pela prefeitura de Itaituba/PA.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.  
Houve intervenções inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Bom dia para todos. Sejam bem-vindos, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública conjunta da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e da Comissão de Minas e Energia.

O assunto em pauta é pertinente a essas três Comissões. Trata-se da discussão do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós, em face do parecer técnico elaborado pela comissão especial constituída pela Prefeitura de Itaituba, Estado do Pará.

Os requerimentos para a realização deste evento são de autoria dos Deputados Arnaldo Jordy e Edmilson Rodrigues, que são do Pará, bem como do Deputado Átila Lira, do Piauí, que está presidindo esta reunião.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e pela televisão e poderá ser gravado, para ser exibido, posteriormente, na programação da emissora da Câmara.

Convido para ocupar a mesa os Srs. Luiz Fernandes Rocha, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará; Hilário Vasconcelos Rocha, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Itaituba, no Pará; Regina Coeli Montenegro Generino, Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica, da Diretoria de Licenciamento Ambiental — DILIC, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA; Maria Ceicilene Aragão Martins Rêgo, Chefe da Assessoria Especial em Gestão Sócio Ambiental, da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia; Felício Pontes Júnior, Procurador Regional da República da 1ª Região; e Adalto Akay Munduruku, Chefe dos Guerreiros do Povo Munduruku. Seja bem-vindo, Adalto, você é o centro deste encontro. *(Manifestação na plateia.)*

O Deputado Edmilson Rodrigues, aqui presente, é um dos proponentes desta audiência, é uma das pessoas mais comprometidas com a questão não só da Região Amazônica, mas dos índios.



Damos aqui início a esta audiência pública, que pretende debater o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de São Luiz do Tapajós, em face do parecer técnico elaborado pela Prefeitura de Itaituba, do Pará.

A audiência é realizada de forma conjunta entre a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, a Comissão de Minas e Energia e esta Comissão.

O parecer técnico da comissão especial da Prefeitura ressalta aspectos que preocupam a comunidade, questiona a ausência do EIA/RIMA e aspectos relevantes da realidade regional, assim como questiona informações equivocadas do estudo, que não condizem com a realidade dos Municípios que serão atingidos pelo empreendimento.

O parecer se baseou em dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Mas há questionamentos. Ignora-se, por exemplo, a população que migrou para o Município. Argumenta o parecer que os programas ambientais são apenas uma lista de protocolo de intenções, sem planejamento, sem cronograma ou proposta de execução financeira. A comunidade reclama, ainda, o direito ao livre acesso e ao monitoramento dos programas.

Um dos pontos levantados pelo parecer, que questionou o objetivo inicial do empreendimento, é que, em nenhum momento, se tratou do desenvolvimento local e da importância de se fornecer energia de qualidade para a região.

Então, há uma série de aspectos que são questionados. Este encontro tem o propósito de aclarar os encaminhamentos, sobretudo com a presença de instituições demandantes e instituições públicas que representam o Estado brasileiro e que têm o papel de zelar pela comunidade, pelo meio ambiente. E o Parlamento é o centro deste debate.

Teremos a oportunidade de ouvir as autoridades do Estado, os Secretários de Meio Ambiente do Estado e do Município, o IBAMA, o Ministério de Minas e Energia e a Procuradoria da República no Pará. Acredito que será um rico debate, que irá subsidiar as nossas Comissões quanto a uma adequação dos atos que julgarem necessários e cabíveis no âmbito das prerrogativas do Poder Legislativo.

Eu agradeço a atenção de todos. Como falei, esta é uma iniciativa de dois Parlamentares que têm uma relação legislativa com o Estado do Pará e com a



causa indígena: o Deputado Arnaldo Jordy e o Deputado Edmilson Rodrigues, que, se pudesse, criaria uma Comissão só para a questão dos índios. (*Risos.*)

Eu passo a palavra para o Deputado Edmilson, que é o proponente deste encontro, para fazer suas considerações.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o Sr. Presidente Átila Lira, que honra esta Comissão de Meio Ambiente proporcionando debates e reflexões sobre projetos atinentes à questão ambiental e sempre incentivando a construção de ambientes de debates estratégicos como este aqui, com temas que são concretos e, por isso, afetam concretamente a vida das nossas comunidades. Tanto é assim que o Deputado é subscritor do requerimento de realização desta audiência. A assinatura de S.Exa. deu peso para que ele fosse aprovado por unanimidade, em tempo muito curto. No mesmo dia em que foi apresentado, o requerimento foi aprovado.

Este é o segundo debate sobre São Luiz do Tapajós. E, justiça se faça, ele teve o protagonismo da Prefeita de Itaituba. A Prefeita esteve aqui pedindo a audiência, e eu e o Deputado Arnaldo Jordy tomamos a iniciativa de formalizar o pedido. Este é o segundo debate, portanto.

Mas haverá um terceiro debate, que eu acredito que será o mais importante, porque permitirá a participação de indígenas, sem limites. Ele seria realizado agora em dezembro, mas ficou inviável por conta da agenda da Comissão. Possivelmente ele será em fevereiro, quando se reiniciarem os trabalhos parlamentares.

Portanto, quero agradecer publicamente o Deputado Átila Lira por ter nos ajudado a aprovar esse requerimento.

Como agora está sendo concluída a COP 21, em Paris, lá está uma representação oficial de Deputados, que não puderam comparecer aqui por estarem nos representando. O Presidente não pôde ir, mas foi uma comissão importante de Deputados, entre eles o Vice-Presidente.

Isso também inviabilizou a realização, agora, de uma grande audiência em Santarém. Nela haverá, certamente, a representação das instituições do Governo, mas também do Ministério Público. Convidaremos a Justiça Federal e os órgãos estaduais, aqui hoje estão representados, e os Municípios atingidos.



O principal é haver ali milhares de indígenas das várias etnias, em especial os mundurucus, que são os principais atingidos com as 40 — serão 40! — barragens que se pretende construir na Bacia do Tapajós, na calha principal e nos seus afluentes. Então, nós estamos falando aqui de um grande projeto, com impactos superiores, talvez, aos de Tucuruí e a própria Belo Monte.

Mas esta reunião aqui pretende aprofundar a reflexão sobre o projeto, que, neste momento, sofre um processo, digamos, favorável para obtenção do licenciamento.

Da última vez, um dos pontos dos debates foi a crítica ao Estudo de Impacto Ambiental — EIA e ao Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente — RIMA, bem como, em certa medida, ao aval institucional. Foi feita uma crítica inclusive à própria Fundação Nacional do Índio — FUNAI, por oficialmente, digamos, aceitar as teses postas no RIMA feito por um comitê de empresas. Isso gerou uma polêmica aqui.

Então, é hora de debatermos, porque a Comissão é do Poder Legislativo. Quem executa obras é o Poder Executivo, mas nós somos um Estado em que o Poder Legislativo tem força. E por esta Comissão passam todos os projetos atinentes ao meio ambiente. Nesse sentido, ela é o lugar mesmo do importante debate sobre os grandes projetos energéticos, especialmente aqueles que estão previstos para serem instalados na Amazônia.

Quero agradecer, portanto, a presença de todos e todas.

Sr. Presidente, se V.Exa. me permite, aproveito para anunciar que hoje, dia 10, quando se completam 67 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, uma caravana da Comissão de Anistia chegou exatamente à Amazônia, em Belém do Pará, onde analisará vários pedidos de anistia. A caravana corre todo o Brasil. Ela é ligada ao Ministério da Justiça, como todos sabemos. E 14 conselheiros estarão em Belém hoje.

Vejo aqui a Deputada Júlia Marinho, já convidada à Mesa, que é Presidente da Comissão da Amazônia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Ela vai presidir os trabalhos agora inclusive, no meu lugar. Vai assumir agora.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Perfeito! As mulheres têm que assumir os postos mesmo, não podem deixar o espaço vazio.



Então, só para se ter uma ideia do que representou a ditadura, que alguns dizem que não foi bem uma ditadura — um jornal importante como a *Folha de S.Paulo* chegou a falar em “ditabranda” —, são 300 mil processos mais ou menos, dos quais apenas 60 mil foram julgados. Muita gente foi vítima da ditadura!

Recentemente, a Comissão da Verdade descobriu que as vítimas mortas ou desaparecidas eram em torno de um quarto apenas das vítimas conhecidas. Isso se deu porque dez povos indígenas passaram a ser alvo de análise histórica, tendo sido descoberto que pelo menos três a quatro vezes mais do número de vítimas mortas ou desaparecidas eram indígenas, como os suruís, do sul do Pará, povo que tem participado ativamente desse processo.

Finalmente, eu quero dizer que este é um momento importante para nós, porque se fala aqui não só de projeto energético, mas também de direitos humanos e dos direitos das comunidades indígenas de preservar as suas terras, a sua memória, a sua língua e de se afirmar como um povo, como uma etnia, como seres humanos que têm direito absoluto à sua dignidade, que tem que estar intocada. Nenhum “progresso” — entre aspas —, nenhum tipo de desenvolvimento será assim entendido se implicar agressão aos direitos dos povos em geral e dos povos indígenas em particular.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Eu registro a presença da Deputada Júlia Marinho, do PSC do Pará, que preside a Comissão da Amazônia e vai presidir agora esta audiência.

Registro a presença da Sra. Telma Brito, do IBAMA; do Sr. Gustavo, da Assessoria da FUNAI; do Sr. Danicley de Aguiar, do Greenpeace; e da Sra. Edna Corumbá, da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade — SEMAS do Pará.

Eu vou passar a presidência dos trabalhos para a Deputada Júlia Marinho. Mas vamos continuar juntos neste debate.

Agradeço a atenção de todos, dos guerreiros que estão aqui. Este debate tem uma razão principal, que é, sobretudo, o bem-estar e o caráter humano da sociedade que nós temos que trazer em prol das pessoas.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Sr. Presidente, posso fazer um apelo a V.Exa.?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Diga.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Eu sou meio chato. Mas há uns 30 indígenas, 40 indígenas aguardando, e embora em certos momentos haja proibição da entrada por causa do clima de conflito, esta sessão aqui, diferentemente, é tranquila, em favor dos povos, e todo mundo aqui está querendo ajudar.

Então, faço um apelo ao Presidente da Casa para que considere este aspecto que eu levantei e autorize a entrada dos demais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Eu vou tratar disto.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Cada expositor terá direito a 10 minutos. Está certo, minha caríssima Deputada Júlia Marinho? Em seguida, nós faremos o debate.

Agora eu vou tirar um retrato lá com os guerreiros.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Júlia Marinho, Deputada querida, eu peço que venha assumir a Presidência da Mesa.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Bom dia a todos.

É um prazer assumir a Presidência desta audiência pública muito importante, principalmente para nós da Amazônia que conhecemos de perto as dificuldades pelas quais passamos com as construções das hidrelétricas no Estado.

Como já foi feita toda a preliminar da audiência, eu gostaria, nesta oportunidade, de cumprimentar todos os componentes da Mesa e dizer que são muito bem-vindos a esta Casa, especialmente para expor a nós aqui os direcionamentos da questão em pauta.

Há uma lista de expositores. Como já foi dito pelo Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, cada expositor terá um prazo de 10 minutos para a sua exposição. Logo em seguida, teremos também a parte dos Parlamentares.

Passemos, então, a palavra ao Sr. Luiz Fernandes Rocha, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, que dispõe de 10 minutos.

**O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA** - Bom dia a todos e a todas.



Sra. Presidente Deputada Júlia Marinho, Srs. Deputados Edmilson Rodrigues, Arnaldo Jordy, Joaquim Passarinho, todos os Deputados do Pará e Sr. Presidente Deputado Átila Lira, eu os cumprimento, assim como todos os outros presentes, o Secretário de Meio Ambiente do Município de Itaituba, os representantes do IBAMA e o Sr. Adalto, representando o Povo Munduruku.

Primeiramente, eu trago um abraço forte do Governador do Estado e uma mensagem, a preocupação que ele tem com esses grandes empreendimentos no Estado.

Eu quero dar um testemunho meu. Durante vários anos como servidor público — eu sou oriundo da Polícia Civil, da Segurança Pública, e hoje estou na Secretaria de Meio Ambiente —, nós já passamos muitas agruras em razão desses grandes empreendimentos. Sofremos na pele, a segurança pública, inclusive no caso do empreendimento da Usina São Luiz do Tapajós, quando nós fizemos um plano regional de segurança pública para a área. Esse plano foi apresentado, ainda em 2013, ao IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente, e ao Ministério da Justiça. Na época, eu era Secretário de Segurança Pública.

Na ocasião, foi feito um diagnóstico e também, com base no estudo de impacto ambiental, o respectivo relatório.

Eu digo isso porque, em 2011, quando assumi a Secretaria de Segurança Pública, nós tivemos um problema seríssimo no caso de Belo Monte. Foi um trabalho incansável. Na verdade, o que havia sido reservado para a segurança pública foi quase nada, então houve um trabalho conjunto do Governo do Estado, de todos os Parlamentares, do Ministério Público, enfim.

Basta dizer que nós fizemos um plano e chegamos ao valor de mais de 1 bilhão de reais para investimento e custeio. O pior de tudo é o custeio, porque é uma despesa continuada. Conseguimos, naquele momento, firmar um convênio com a Norte Energia, que já não estava com o licenciamento, de 100 milhões de reais, ou cerca de 120 milhões de reais corrigidos. E até hoje, apesar de o convênio estar em vigor, muitas obras ainda não foram construídas.

Por exemplo, o complexo penitenciário da região deve ter apenas 30% das obras prontas. Isso foi um problema seríssimo. O Governo teve que deslocar um efetivo muito grande para a região, e foi o que conseguiu dar uma controlada na



situação, ainda que tenham subido os índices, porque foi uma população bem maior do que a prevista no estudo de impacto ambiental.

O Governo está se colocando à disposição para trabalhar conjuntamente e evitar casos como esses. Em Tucuruí, onde temos tantos problemas hoje, Belo Monte e vários outros projetos no Estado do Pará não se pensou muito nessas questões, ou mesmo nas questões socioambientais, de maneira que viessem a mitigar todos esses problemas.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Dr. Luiz Fernandes?

**O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA** - Pois não, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Perdoe-me a impertinência da interrupção, V.Sa. está fazendo um raciocínio muito organizado e eu não vou atrapalhar.

Eu queria fazer um apelo à Presidente da sessão, Deputada Júlia Marinho — o Deputado Átila Lira já se manifestou —, porque nós estamos com um problema aqui. Alguns índios vieram prestigiar esta audiência, como pessoas diretamente atingidas, e lá na portaria estão sendo impedidos de ingressar na Casa. Alguns conseguiram adentrar a Casa, mas há mais de 50 índios. Eu até admito que não seja possível o ingresso dos 50 índios, por causa do espaço físico, mas pelo menos 20 índios, 30 índios ou quantos puderem entrar. Essas pessoas são titulares desta Casa, como cidadãos brasileiros, e titulares desta audiência, pois o que se está tratando aqui é de interesse direto dessa comunidade.

Então, eu pediria a V.Exa. que fizesse essa solicitação, talvez com um telefonema, nem precisa sair daí, a fim de autorizar à segurança da Casa o ingresso desses cidadãos brasileiros na Casa do Povo. É o apelo que faço a V.Exa., porque está havendo um desconforto e não há necessidade disso. A audiência está transcorrendo de forma absolutamente tranquila, o debate está absolutamente tranquilo, mas há essa fobia do Presidente da Casa e de outros, e o povo não pode mais ingressar na Casa, lamentavelmente!

Eu faço este apelo a V.Exa.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Nós vamos tomar providências. Como já foi dito pelo Presidente da Comissão de Meio Ambiente e



Desenvolvimento Sustentável, haverá a iniciativa de pedir a liberação da entrada dos indígenas.

**O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA** - Como eu vinha dizendo, existem esses impactos no Estado, sem que haja medidas suficientes para mitigá-los.

Por exemplo, na região do Tapajós há muitas obras sendo licenciadas, quer pelo Estado do Pará, quer pelo Governo Federal, inclusive pelo Município, que tem licenciado muitas atividades, principalmente, a garimpeira. Mas todos esses empreendimentos licenciados pelo Governo Federal, através do IBAMA, pelo Governo do Estado ou pelos Municípios refletem no Estado; refletem na segurança, na saúde e na educação. Daí a preocupação muito grande do Governo do Estado com essas questões.

Pensando nisso, o Governo iniciou um trabalho planejado e integrado com a ONU-Habitat e o Instituto Dialog. Já tiveram início os estudos sinérgicos de todos os empreendimentos da Bacia do Tapajós. Há um estudo do impacto de toda a Bacia, para conhecer seu potencial não só para hidrelétrica, mas também para o garimpo. Há uma quantidade muito grande de garimpos naquela região, inclusive ilegais, o que precisa ser trabalhado. Há ainda as Estações de Transbordo de Cargas e várias estão sendo licenciadas.

Então, é preciso haver esse estudo sinérgico, tanto ambiental como também socioeconômico. Esses estudos estão sendo desenvolvidos e já a partir do início do ano os diagnósticos devem começar. Isso vai permitir minimizar os problemas.

Sra. Presidente, está aqui a Sra. Helena, representante da ONU e do Dialog. Seria possível ela fazer uma pequena exposição, mas muito esclarecedora, de como está sendo feito esse trabalho? Se V.Exa. permitir, ela poderia, de maneira rápida e sucinta, dar essa explicação e depois discutiríamos normalmente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Por favor.

**A SRA. HELENA GRUNDIG** - Bom dia.

Cumprimento a Deputada Júlia Marinho e os demais membros da Mesa.

Eu sou Helena Grundig e represento o projeto junto à ONU-Habitat e ao Instituto Dialog. Esse projeto está sendo desenvolvido de forma piloto na região de Tapajós. Então, a pertinência da explanação sobre esta apresentação hoje se dá por causa da abrangência territorial.



Nós preparamos uma apresentação bem sucinta para dizer o que o Estado está pensando para aquela região. Como o Secretário bem mencionou, na região há questões que são federais, como planejamentos, investimentos e licenciamentos de âmbito federal; temos o mesmo cenário no âmbito estadual, com o licenciamento das estações de transbordo, por exemplo; e temos o mesmo cenário com os licenciamentos no Município.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Tudo isso podemos visualizar nesse mapa, onde estão destacados os principais empreendimentos na Região de Integração do Tapajós, e eles exercem uma pressão muito grande, tanto ambiental quanto socioeconômica.

Identificamos que o uso e a ocupação do solo por esses empreendimentos pressionam esses eixos que estão aí: as estações de transbordo, a exploração madeireira, a agricultura familiar. Todos esses usos estão pressionando a região, e há um grande impacto também com a vinda de grandes empreendimentos, como é o caso da usina hidrelétrica.

O Governo do Estado, junto à ONU e ao Instituto Dialog, tem desenvolvido, nos últimos meses, uma metodologia. O Governo entende que é do Estado a competência para preparar esses territórios para a vinda de grandes empreendimentos, seja no âmbito ambiental, seja no âmbito socioeconômico. O Estado deve planejar esse território e executar esse planejamento.

Como o Secretário mencionou, há três grandes eixos. Um desses eixos são os estudos sinérgicos. Atualmente, os estudos dos empreendimentos são feitos de forma individual e não de forma integrada: os impactos da usina, os impactos das estações de transbordo e as demais economias. Achemos que é um eixo muito importante a ser considerado.

Há o eixo em que os planos estão integrados. Ou seja, existem os planos de cada um dos empreendimentos: os planos do Governo Federal; os planos do Governo Estadual; e os planos do Governo Municipal; e há necessidade também de integração desses planos.

O terceiro eixo, que nós entendemos necessário para fazer isso funcionar, seria uma gestão regional, ou seja, a participação e o envolvimento de membros da



região nessa linha de desenvolvimento sustentável e harmônico, o que é um grande desafio.

A proposta do Governo que tem sido discutida junto à ONU-Habitat e ao Instituto Dialog é uma nova proposta de desenvolvimento local, de desenvolvimento para a região do Tapajós, que vai ser a região piloto para esse modelo.

Essa metodologia, como vocês podem ver, está dividida em seis grandes eixos, os quais nós identificamos como eixos que abarcam o grande desafio de transformar o desenvolvimento de uma região onde estão sendo implantados grandes empreendimentos em um desenvolvimento real e sustentável. Todo mundo aqui reconhece que muitas vezes vem o crescimento econômico de uma região, mas é muito difícil vir um desenvolvimento sustentável real para as pessoas acompanhando esse crescimento. É este o desafio que temos estudado.

Nesses seis grandes eixos temos os estudos prévios, que nós entendemos que são importantes, sim; os planos regionais; a governança regional; a estruturação da gestão pública; economias e culturas tradicionais; e, por último, a infraestrutura.

Atender somente a uma demanda de infraestrutura não mitiga e não compensa os impactos socioeconômicos e ambientais que estão acontecendo, por isso trabalhamos esses seis eixos.

Aqui nós temos um resumo dos principais estudos que estão sendo planejados nessa metodologia. Eu gostaria de destacar os seguintes: os estudos de impactos sinérgicos ambientais, a parte ambiental na Bacia do Tapajós, e os impactos sinérgicos da socioeconomia. Ou seja, quais serão os impactos e como se darão todos esses empreendimentos juntos no território?

Eu gostaria também de destacar o observatório regional, que está no eixo da governança regional, na qual estamos prevendo a participação tanto da sociedade civil quanto dos Governos Municipal, Estadual e Federal na discussão do desenvolvimento dessa região.

Eu também gostaria de destacar a promoção dos Povos e Comunidades Tradicionais — PCT, à luz do plano nacional que também está sendo pensado. É importante e necessária a elaboração desse plano para que possamos saber como se vai dar essa integração das comunidades tradicionais, incluindo as indígenas, com essas economias que estão chegando à região.



Por último, gostaria de destacar o Plano de Desenvolvimento Territorial Integrado e o plano participativo de investimentos de estrutura, no âmbito do urbanismo. Nos planos em que estão previstos uso e ocupação do solo, como isso vai ser feito de forma integrada, levando em consideração o território federalizado que existe na região, inclusive os territórios indígenas?

Entendemos que para trazer um desenvolvimento juntamente com esse modelo de crescimento é preciso um mínimo de requisitos, os quais os principais eu destaquei aqui para vocês.

Antes de passar a palavra para o Secretário, eu gostaria de dizer que, em nome do projeto, da ONU-Habitat, do Instituto Dialog e do Governo nos colocamos à disposição para eventuais reuniões e conversas ao longo do desenvolvimento desse trabalho. Está previsto para março do ano que vem o início desses estudos, e ao longo desse processo a participação é importante e não há como não acontecer. Governo Federal, Governo do Estado, Governo dos Municípios, sociedade civil e empresas, a ideia é de que todos participem desse projeto piloto.

Por favor, Sr. Secretário.

**O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA** - Sra. Presidente, é nessa linha que o Governo vem trabalhando. Eu tenho certeza absoluta de que com o fortalecimento da gestão municipal e um trabalho intenso, não desejaremos o que aconteceu com outros grandes empreendimentos em que não houve uma metodologia bem clara, muito discutida.

E para a efetividade dessas medidas, o Governo tem se colocado como protagonista, até porque, ao fim e ao cabo, os problemas recaem sempre sobre o Estado. Essa é a nossa grande preocupação. Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Sr. Hilário Vasconcelos Rocha, Secretário Municipal de Meio Ambiente do Município de Itaituba, no Pará.

**O SR. HILÁRIO VASCONCELOS ROCHA** - Bom dia a todos. Primeiramente, Sra. Presidente Deputada Júlia Marinho, eu queria agradecer o convite, em nome da Prefeita de Itaituba Eliene Nunes.

Em agosto do ano passado, nós recebemos o EIA/RIMA da Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, e, como Prefeitura, ficamos bastante preocupados diante dos



impactos ambientais e socioambientais que poderiam ocorrer com o advento do empreendimento. Formamos, então, uma equipe técnica e analisamos todo o estudo. O parecer técnico levou um ano para ficar pronto. Item a item, nós levantamos os dados que não condizem com a realidade local, e há alguns com que nós concordamos. Fizemos um levantamento completo, geral, digamos assim, sobre o parecer. Em agosto deste ano, eu mesmo vim a Brasília para uma série de reuniões. Estive também na CINDRA — Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, de que V.Exa. é Presidente, e tivemos uma audiência no mês de setembro, se eu não me engano. As discussões estão sendo feitas dessa maneira.

Eu trouxe uma apresentação sucinta de um relatório básico sobre o nosso parecer, que está disponível no *site* da Prefeitura.

As preocupações do Secretário, Luiz Fernandes são nossas também, porque acaba que essa série de problemas sempre recai sobre o Estado; no caso, sobre o Município, *in loco*, digamos assim. Temos um exemplo bem próximo de nós que fica em Altamira, e há mais tempo tivemos também em Tucuruí.

Em Altamira, há uma série de problemas não previstos pela Prefeitura, que se antecipou e elaborou esse parecer para discussão, antes do advento de uma licença prévia, ou mesmo da instalação do empreendimento, para que fôssemos ouvidos e para que fossem levados em consideração todos esses dados pontuais que não condizem com a realidade. O IBAMA, muitas vezes, sequer conhece os problemas locais que nós enfrentamos. O parecer retomou essa linha.

São essas as considerações gerais.

Segundo a Resolução nº 237/1997, do CONAMA, o Município se manifesta em relação ao uso e ocupação do solo dentro do Município, levando em consideração que há um impacto não só local, mas também regional. A população só se manifesta nas audiências públicas, e sabemos que, pela legislação, o único momento que a população tem para se manifestar favoravelmente ou desfavoravelmente ao empreendimento é na fase de audiência.

Entendemos que esse diálogo prévio é de extrema importância para decidir sobre a instalação ou não de um empreendimento. A participação deve ser ampliada, uma vez que os impactos são locais e regionais. A audiência pública



deveria ser um ato conclusivo de vários debates locais, talvez a realização de audiências prévias fosse o ideal. Assim, nos deparamos com dificuldades da população, mais impactos dos empreendimentos e alteração no cenário territorial da região.

Sobre a mobilização municipal em relação à implantação do empreendimento, como eu já expliquei, nós criamos o grupo de trabalho para emissão de parecer acerca do estudo apresentado. Tivemos uma série de reuniões aqui em Brasília, nas Comissões Parlamentares, no IBAMA, no Ministério de Minas e Energia, entre outros Ministérios e instituições.

A seguir, um mapa simples que nós retiramos do EIA/RIMA que foi apresentado. De um lado, nós temos o Município de Itaituba; e do outro, o Município de Miritituba. Temos aqui o Parque Nacional da Amazônia, e aquele item branco, perto da Vila Pimental, é onde se pretende construir a barragem. Como vocês podem perceber, fica bem próxima ao Distrito de São Luiz do Tapajós.

Vejam uma imagem mais detalhada sobre a obra. Essa é a barragem. A hidrelétrica vai aproveitar uma parte do Pedral. Ali, nós temos um canteiro de obras. Segundo o EIA/RIMA, há previsão de mais ou menos 10 mil trabalhadores nesses canteiros de obra, o que nos deixa bastante preocupados, por causa da proximidade com o Distrito de São Luiz do Tapajós, haja vista o aumento da prostituição e de doenças sexualmente transmissíveis, etc.

A seguir, talvez, a questão mais importante: o parecer desse estudo.

Segundo o IBGE, o Município de Itaituba tinha 118 mil habitantes em 2007. No Censo de 2010, esse número caiu para 97 mil habitantes. Na época, o IBGE não fez um trabalho, digamos assim, tão minucioso e deixou um pouco a desejar. Então, o levantamento da população de Itaituba aponta que ela caiu, mas, na verdade, ela aumentou. Isso porque está havendo vários investimentos no setor portuário e no setor logístico da região. Segundo o IBGE, a estimativa para 2015 é de 98 mil habitantes, ou seja, aumentou apenas 0,9%. Mas os dados municipais que nós temos, como, por exemplo, CadÚnico, Censo Escolar, Censo Eleitoral, SUS, estimam que a população de Itaituba ultrapasse 150 mil habitantes. Há essa incongruência entre o IBGE e a realidade local, e o EIA/RIMA levou em consideração um dado oficial do IBGE que não condiz com a realidade local.



O Município de Itaituba entrou na Justiça pelo direito de fazer a recontagem da população. O Município de Jacareacanga, que fica ao lado, conseguiu na Justiça o direito de fazer essa recontagem, pois o Censo de 2010 registrou em Jacareacanga apenas 14 mil habitantes. Eles conseguiram isso, e nós estamos tentando também. Esse é um problema que transparece não só no EIA/RIMA de São Luiz do Tapajós, mas em todos os estudos, por causa do problema com o dado oficial, com implicações, principalmente, na saúde, na educação, na segurança pública, na infraestrutura e no meio ambiente. O estudo levou em consideração um dado demográfico que não existe, e isso comprometeu todos os outros estudos provenientes do dado principal.

Farei um resumo bem rápido sobre a questão territorial.

Itaituba é um Município polo na saúde, na educação, na infraestrutura e na segurança pública da região. Há conflitos de informações entre a área diretamente afetada e a área indiretamente atingida. Somente na análise macro, as cidades-sedes são consideradas como palco de impactos sociais. Por exemplo, sabemos que num estudo é focada a questão de São Luiz do Tapajós, pela proximidade, mas não podemos nos esquecer de que Itaituba é o único Município da região com aeroporto, infraestrutura de hotéis, restaurante, enfim. Então, assim como ocorre em Altamira, a maioria das pessoas não vai querer ficar em Vitória do Xingu, mas vai preferir ficar em Altamira. Nós tememos que a mesma coisa aconteça com Itaituba, embora isso não seja indicado no estudo. No estudo é indicado apenas que todos vão para o Distrito de São Luiz do Tapajós.

A especulação imobiliária. A atração populacional exercida pela área de influência do empreendimento acarreta o aumento da demanda por imóveis, vide o exemplo de Altamira com a construção de Belo Monte. Eu coloquei ali ao lado 28 mil habitantes, e o estudo estima que apenas 28 mil habitantes vão migrar para a região. Nós discordamos desse valor, primeiro, porque o dado do IBGE já começou errado. Entendemos que esse número vai dobrar, levando em consideração a duplicação da BR-163 e também os incrementos portuários na região. Além disso, já estamos com uma ETC — Estação de Transbordo de Cargas funcionando no Município, e mais três estão sendo instaladas. Há uma proposição, se eu não me engano, de mais cinco estações para o escoamento de grãos.



Em relação ao patrimônio, histórico, cultural e paisagístico, o impacto é caracterizado como indireto, permanente, de longo prazo, irreversível e certo, cumulativo, importância alta. No entanto, não há nenhum programa, nenhum projeto proposto voltado para o resgate arqueológico.

Em relação à questão mineral, na área de inundação prevista, o DNPM — Departamento Nacional de Produção Mineral não outorga autorizações e licenças. O resultado é a ilegalidade na exportação mineral e a clandestinidade na comercialização. Temos que levar em consideração que 70% da economia municipal advêm da questão mineral, nós somos um Município mineiro. Eu não tenho o dado exato, mas existem vários pedidos de PLG — Permissão de Lavra Garimpeira na área que vai ser inundada. Então, o programa proposto no EIA/RIMA para esse tipo de impacto seria a recolocação profissional dessas pessoas ocupadas nas atividades garimpeiras, com o que não concordamos muito, porque isso vai gerar ilegalidade, e o garimpeiro não vai aceitar fazer recolocação profissional. É preciso analisar essa questão.

No tocante ao meio físico, nós estamos preocupados com o ciclo hidrológico, que tem mudado na região. O ciclo hidrológico pode ser afetado pelo desmatamento de 50% da vegetação natural na área de inundação, pelo incremento populacional e pela pressão nas UC — Unidades de Conservação federais. Somos um Município em que 89% do território são Unidades de Conservação e terras indígenas e apenas 11% são áreas municipais.

Nós temos um receio muito grande. Em 2013, nós ocupávamos o segundo lugar em desmatamento no Estado, em 2014, nós pulamos para o quarto lugar. Conseguimos reduzir bastante o desmatamento, mesmo com a governança partilhada entre Federação, Estado e Município. Porém, com o advento da hidrelétrica, o incremento populacional e os outros investimentos que estão sendo feitos na região, nós tememos que as Unidades de Conservação sejam pressionadas pela população e que o desmatamento aumente.

Com relação ao lençol freático, simulações poderão mostrar que o acúmulo de água no reservatório causará modificações no nível das águas subterrâneas, inclusive na sede do Município. Nós não temos abastecimento em rede no Município, a maior parte ainda é feita por poço.



Quanto à qualidade da água, a alteração de águas rápidas para águas lentas poderá levar ao aumento de doenças tropicais e de doenças de veiculação hídrica, e à contaminação por invasão dos locais onde são criados animais domesticados, como porcos, carneiros, etc.

No que diz respeito à paleontologia e à arqueologia, há preservação do material fóssilífero à jusante das corredeiras — levando-se em consideração que as corredeiras são um local sagrado para os indígenas — e das cavernas naturais formadas por ocorrências de rochas calcárias.

Aqui, temos um mapa do Município. Podemos ver um foco do desmatamento no ano de 2014, em relação a vários sistemas: o SAD — Sistema de Alerta de Desmatamento; o DETER — Detecção de Desmatamento em Tempo Real; o PRODES — Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal, etc., em parceria com a TNC — The Nature Conservancy, ONG com quem nós temos um acordo de cooperação técnica.

No mapa, na cor verde estão as Unidades de Conservação Federal. A parte em cor amarela representa a APA do Tapajós, que pode ser usada como sustentável, porém, ainda não há plano de manejo para esta área — o que também nos preocupa bastante. Os maiores focos de desmatamento, como os senhores podem ver, fica dentro da APA.

A seguir, um gráfico sobre o desmatamento no Município. Levando em consideração que 89% são unidades federais e que 3 milhões de hectares estão dentro da APA do Tapajós, isso cai para mais ou menos 43%.

Em 2012 nós tínhamos 94,9 quilômetros quadrados de desmatamento ilegal. Em 2013 esse número aumentou para 188,1, foi um salto gigantesco, foi um susto, e em 2014 ele diminuiu consideravelmente, foi para 96,8.

Falo agora em relação ao meio biótico. Ecossistema terrestre — vegetação, desmatamento, criação de banco de germoplasma. No EIA/RIMA, existe a probabilidade de se desmatarem 34 hectares por conta do alagamento onde vai ser feito o vertedouro. Não existe nenhuma forma de compensação socioambiental nem ambiental — eles não apontam —, por conta do desmatamento, nem a criação de banco de germoplasma. No caso, as sementes das plantas objeto do desmatamento seriam utilizadas para montar um banco de germoplasma. Isso não foi dito.



Ecossistema terrestre — fauna terrestre, animais afugentados na fase de instalação. Na fase de instalação do empreendimento, não há nenhuma proposição de programa de controle para esses animais. Apenas é dito que eles vão ser afugentados. Isso nos preocupa bastante.

Ecossistema aquático — ictiofauna, banco de espécies e compensação. Não está explícito no estudo como vai ficar a questão dos pescadores na nossa região. Na verdade nada é dito. Isso também nos preocupa bastante.

Planos propostos. Através da identificação de impactos do AHE São Luiz do Tapajós, foram apresentados 12 planos, 39 programas e 35 projetos para a mitigação de impactos causados pela implantação do empreendimento.

O que fazer com a população remanejada? Apenas se diz que a população vai ser remanejada. Mas nós gostaríamos que essa população remanejada tivesse igual valor de imóvel garantido, e a cultura regional. É muito complicado colocar uma pessoa que vive lá na Vila Pimental, que acorda cedo para pescar, que tem esse estilo de vida, no meio da cidade. Então, nós queremos garantir esse direito, que também não é mencionado no EIA/RIMA.

Além disso, queremos a garantia de saída da população remanejada em tempo igual em ambas as comunidades, evitando problemas sociais. O que acontece? Por conta da logística, inicia-se a obra de um lado do rio, e, do outro lado do rio, inicia-se a obra 2 anos depois. A comunidade que está do lado direito sairá primeiro do que a comunidade que está do lado esquerdo, que só sairá depois de 2 anos. Nós discordamos disso. Para nós, o ideal seria que todas as comunidades da região afetada fossem remanejadas de uma única vez, para que não houvesse inchaço populacional e problemas sociais, como já foi citado, prostituição, drogas, falta de segurança, haja vista que haverá um incremento gigantesco de trabalhadores na região. Então, nós gostaríamos que todos fossem remanejados de uma única vez.

Em relação ao Programa de Suporte à Assistência Social Municipal e aos Serviços de Segurança Pública, ele apresenta uma informação que congrega todos os programas propostos que tratam sobre apoio institucional ao poder público. O dado apresentado é que 26 mil pessoas, mais ou menos, serão atraídas pela construção do empreendimento, sem levar em consideração o dado do IBGE, que é



diferente da atual realidade do Município, somando um montante muito maior, representando um cenário preocupante. Para Itaituba sede e Miritituba, haverá 12 mil pessoas, o que é um dado irrisório, levando em consideração o fácil acesso ao Município via Estado de Mato Grosso e ainda a atenuante relacionada à implantação dos portos graneleiros — como eu já disse, são as estações de transbordo de cargas —, e também pelo fato de a cidade de Itaituba ter maior infraestrutura — aeroporto, comércio aquecido, hotéis, restaurantes, hospitais, etc.

Quanto ao Programa de Recomposição dos Serviços e Equipamentos Sociais nas Nucleações da Área Diretamente Afetada, a recomposição de sistemas municipais públicos deve ser de única responsabilidade do empreendedor. O programa ainda se refere a construir seis escolas e uma unidade de saúde. Então, levando-se em consideração que o dado do IBGE é incorreto, que não condiz com a realidade local, o estudo diz apenas que será necessário construir seis escolas e uma unidade de saúde. Isso para nós é preocupante.

E o programa não se refere em nenhum momento à área indiretamente afetada, que também deve ser atendida, pois nela estão localizadas as cidades-polo de maior infraestrutura, por exemplo, Itaituba. Logicamente, a concentração de pessoas vai-se verificar em Itaituba, logo a infraestrutura deve ser preparada. Para o ensino infantil, são propostas apenas 7 turmas; para o ensino fundamental, 17 turmas — mais ou menos 501 pessoas atraídas; para o ensino médio, 6 turmas. Nós nos preocupamos com isso, pois imaginamos que não será suficiente apenas a criação dessas turmas. É preciso construir escolas.

Os dados não condizem com a realidade novamente, pois a base de cálculo está incorreta. Como eu já disse, os dados do IBGE não condizem com a realidade do Município. Essa, talvez, seja a nossa maior discussão, porque entendemos que, se esses dados não forem mudados, acontecerá a mesma coisa em todos os estudos posteriores.

Nós temos umas indicações simples, mas, no parecer a que os senhores podem ter acesso futuramente, existam outras. Eu resumi assim: programa de capacitação da mão de obra local, que não existe; articulação federal para a construção da ponte Itaituba-Miritituba. Existe um problema muito grande no Município, o Rio Tapajós corta a cidade e precisamos atravessá-lo de balsa. Então,



precisa haver uma articulação entre os Poderes para se construir essa ponte. A última informação que nós tivemos é que o Ministério dos Transportes, se não me engano, liberou 5 milhões de reais para se fazer o estudo. Ele já está sendo feito.

Continuando com as indicações: programa de aquisição de insumos locais para aumento de arrecadação municipal e economia local, que também não é proposto — ou seja, é preciso garantir que todos os insumos de Itaituba e de Trairão, os dois Municípios afetados, sejam comprados na região e investidos na obra. Por exemplo, se o construtor vai precisar de areia, então ela precisa vir do Município, para a arrecadação municipal aumentar e fomentar o comércio regional.

E, como última indicação, articulação federal para finalização do asfaltamento da BR-230, Itaituba-Rurópolis, Itaituba-Jacareacanga, e BR-163. Passados mais de 70 anos, a Rodovia Transamazônica, BR-230, não foi asfaltada completamente. Após a implantação da Usina de Belo Monte, em Altamira, grande parte da Transamazônica no trecho em Altamira foi asfaltada. Isso não serve somente para os Municípios da região, mas também para a própria obra, para sua logística, caso ela venha a acontecer mesmo.

Passo às considerações finais.

Atenção para os problemas apontados que não condizem com a realidade local, principalmente a questão populacional; reapresentação de análise/parecer de incremento de estudo modificando os dados apresentados. Eu não sei como está a questão do licenciamento em relação ao IBAMA, mas já tive reuniões lá e eles estão, sim, levando em consideração o nosso parecer técnico, o que nos deixa bastante felizes. Mas colocamos isso aí para que seja apresentada uma nova proposta, não um EIA/RIMA completo, porque sabemos dessa dificuldade e nós a entendemos também, mas que seja um incremento de estudo, digamos assim, levando em consideração os dados apresentados pelo nosso parecer e também pelo parecer do Greenpeace, este apresentado logo depois, em seguida à última audiência que aconteceu aqui na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia — CINDRA.

Pré-audiências públicas na região com o poder municipal, população e Estado, para se começar logo a discutir alguns pontos. É de extrema importância que essas discussões ocorram.



Articulação em soluções de problemas que visam à melhoria dos serviços prestados e a melhores condições de suporte para as obras, Ponte Mirirituba-Itaituba e asfaltamento da BR-163 e da BR-230, como eu já disse.

Garantia às terras indígenas afetadas. Que sejam demarcadas as terras do povo munduruku urgentemente, para que seja legitimado seu poder sobre a terra. Nós sabemos que a FUNAI recusou o componente indígena do EIA/RIMA. Infelizmente eu não tenho informações de como está esse trâmite.

Incremento dos programas propostos em consideração aos novos dados apresentados — ou seja, após esse incremento do parecer que o IBAMA está levando em consideração, digamos assim, é preciso nos ouvir, nos apresentar.

Aproximação prévia com os poderes estadual e municipal nas discussões de condicionantes. Nós gostaríamos que isso fosse levado em consideração.

Era essa a minha apresentação.

Eu gostaria de agradecer mais uma vez o convite, e estou aberto a perguntas, dúvidas, colocando-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Muito obrigada pelos seus esclarecimentos.

Gostaria de registrar a presença do Deputado Arnaldo Jordy, que também é proponente do evento.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Eu queria convidar o Deputado Arnaldo Jordy para compor a Mesa, como proponente da audiência.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Passo a palavra à Sra. Regina Coeli Montenegro Generino, Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

**A SRA. REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO** - Bom dia a todos, senhores e senhoras. Cumprimento os membros da Mesa, em especial a Presidente. Em nome da Presidente do IBAMA, Marilene Ramos, agradeço o convite formulado por esta Casa para participarmos deste evento, de extrema importância para debatermos o tema. Teremos muito mais oportunidades, também, de conversar sobre o assunto.



Desde já me coloco à disposição no IBAMA. Também recebemos o Sr. Hilário em reunião. Para nós isso é muito importante, porque traz a visão do local que vai ter ou não o empreendimento, que tem essa expectativa. Então, é muito importante a participação da sociedade nesse processo, não só do IBAMA. É importante todo mundo poder falar o que pensa, o que imagina sobre o empreendimento e o que espera para a sua região também.

É necessário termos não só o EIA/RIMA, mas também outros documentos, como pareceres, relatórios, sobre impressões, angústias, dúvidas relativas ao empreendimento em questão.

Então, desde já nos colocamos à disposição, em nome da Marilene Ramos, Presidente do IBAMA.

Eu trouxe uma apresentação.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Sou Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica. Temos a Presidência do IBAMA, as Diretorias, a Diretoria de Licenciamento, à qual estou vinculada, e três Coordenações-Gerais. Participo da Coordenação-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica, que comporta hidrelétricas, empreendimentos nucleares, termelétricas e linhas de transmissão. Há uma série de empreendimentos que estão vinculados ao IBAMA, de acordo com a legislação vigente. Nem todos os empreendimentos estão no IBAMA.

Aqui, na primeira página, apresentamos um pouco do histórico do empreendimento. A primeira parte tem o número do processo. O empreendedor é a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS. O estudo de impacto ambiental foi elaborado pela CNEC WorleyParsons Engenharia S.A. Como todos nós já sabemos, esse empreendimento está previsto para ser implantado no Rio Tapajós, abrangendo áreas dos Municípios de Itaituba e Trairão, localizados no oeste do Pará. A potência prevista é de 8.040 megawatts. O empreendimento contempla a construção de uma casa de força principal e de outra complementar. O trecho de vazão reduzida é de 7 quilômetros, e a vazão mínima é de 1.068 para esse trecho de vazão reduzida.

Nesse projeto, houve a redefinição dos limites de unidades conservação. Vamos ver isso claramente no mesmo mapa que o Hilário mostrou, que está



presente no RIMA do empreendimento. Em 19 de fevereiro de 2012, foi emitido o Termo de Referência para elaboração dos estudos ambientais.

Como o licenciamento funciona? O empreendedor tem um projeto, ele vai ao IBAMA, que identifica se o empreendimento é ou não de competência federal. Se for de competência federal, emite-se um termo de referência. Ali foi a primeira fase do processo, a emissão do Termo de Referência para o EIA/RIMA. É nessa fase, antes da emissão do Termo de Referência, que será definido se vai ser pedido ou não um EIA/RIMA. Dependendo do porte, da localização e de vários critérios, é definido o EIA/RIMA ou não. Nesse caso, foi definido o EIA/RIMA e ele foi protocolado no dia 5 de junho 2014, após 27 meses da edição do Termo de Referência para elaboração desse estudo.

Esse é o mapa de que falei... Não quer aparecer na tela, mas vimos esse mapa anteriormente. E ali temos um pedaço do eixo da barragem, região em que houve a desafetação do Parque Nacional.

Continuando o histórico, em novembro de 2014, foram emitidos pelo IBAMA seis pareceres técnicos tratando de diagnósticos. Depois, foram emitidos mais pareceres relativos à avaliação dos impactos e de programas ambientais. Para esse processo, foram destacados nove técnicos, sendo um do Estado do Paraná, um de Minas Gerais e os outros sete analistas foram do IBAMA, da sede. Foram destacados nove analistas para esse trabalho.

Esses pareceres técnicos são muito densos, porque o EIA/RIMA é um estudo muito volumoso. Os pareceres finais foram condensados num despacho para facilitar a divulgação e a tomada de decisão. Ao final, foi elaborado esse despacho com as complementações necessárias à análise de viabilidade ambiental da hidrelétrica. Resumindo, esse despacho apresentava pedidos de complementação. Eram 180 itens, que foram divididos em diagnóstico, impactos e programas. Em cada um desses itens, definimos pelos meios físico, biótico e socioeconômico. Naquele momento, o IBAMA já identificou que não seria possível continuar com o processo, fazendo audiência pública e tudo mais, porque, além de outros pontos de que vamos falar mais adiante, existia a necessidade de complementações. Foram apresentados ao empreendedor 180 itens naquele momento. Até este momento,



aguardamos o envio dessas complementações, para que possamos dar continuidade a essa análise.

Além disso, dentro do processo de licenciamento ambiental, temos o que chamamos de manifestação dos intervenientes. São eles nesse processo: IPHAN, FUNAI e SVS — Secretaria de Vigilância em Saúde, que trata da malária. A SVS emitiu um laudo dizendo que estava tudo bem; o IPHAN solicitou complementações e manifesta-se pelo indeferimento do diagnóstico apresentado; e a FUNAI também solicitou complementações.

Todas as questões indígenas relativas a todos os empreendimentos que estão no IBAMA e em outros órgãos são de competência da FUNAI. Quanto às questões indígenas, a FUNAI se reporta ao IBAMA para informar quais são as medidas e programas necessários àquele empreendimento.

Em 17 de setembro, ocorreu uma reunião com o Hilário no IBAMA, em que ele apresentou seu relatório, que, para nós, foi muito interessante, como falei no início, porque ele trata da posição da Prefeitura local, que, desde a emissão do EIA/RIMA, apresentou um parecer e criou um grupo de trabalho. Esse parecer, como outros pareceres e documentos que possam vir — agora surgiu também o do Greenpeace — vai ser considerado no processo de análise da viabilidade ambiental.

Então, neste momento, nós estamos aguardando essas complementações. Já temos dois documentos, um da Prefeitura de Itaituba e outro do Greenpeace. E aí a equipe vai se reunir novamente, para, juntamente com todos os documentos, emitir um parecer técnico. É nessa fase que nós estamos neste momento, Hilário.

Aí estão os meus contatos. Agradeço a oportunidade. Para esclarecer qualquer dúvida, estamos à disposição. Eu trouxe também uma colega, a Telma Moura, que, na época da análise do EIA/RIMA, era a técnica responsável pelo processo, função que nós chamamos de TRP. Hoje, ela foi promovida e está como Coordenadora de Hidrelétricas. Se houver alguma pergunta muito específica, eu vou passar a palavra para a Telma, para deixarmos as questões aqui bem definidas.

Desde já, então, agradeço a oportunidade. Que tenhamos todos um bom dia e um bom debate!

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Obrigada pelos esclarecimentos.



Passo agora a palavra para a Sra. Maria Ceicilene Aragão Martins Rêgo, Chefe da Assessoria Especial em Gestão Socioambiental da Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia.

V.Sa. dispõe de 10 minutos.

**A SRA. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS RÊGO** - Bom dia. Eu quero cumprimentar a Deputada Júlia Marinho. É um prazer estar aqui nesta Casa. Cumprimento o Deputado Edmilson Rodrigues, o Deputado Arnaldo Jordy e o Deputado Átila Lira. Quero cumprimentar também os demais membros da Mesa, a Sra. Regina Coeli, o Procurador Felício, o Secretário Hilário, o Sr. Luiz Fernandes, Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará. Cumprimento especialmente o Sr. Adalto e a comunidade munduruku que está aqui.

Na terça-feira, nós tivemos a oportunidade de estar com os representantes do povo munduruku no Ministério de Minas e Energia. O Secretário-Executivo os recebeu, junto com a sua equipe, e o nosso diálogo foi muito interessante.

Primeiro, quero agradecer a oportunidade e parabenizá-los por estarmos aqui tratando de um tema tão importante para o nosso País, que é a construção da Usina Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. Eu vou pedir licença para fazer a apresentação em pé. Vai ficar melhor.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Este mapa já está bem familiarizado por todos. Trata-se do mapa do empreendimento e sua localização. Eu gostaria só de complementar a fala da Coordenadora Regina com relação à desafetação do Parque Nacional da Amazônia. Na época em que nós discutimos essas interferências nas unidades de conservação, o Governo, ao mesmo tempo, criou uma estação ecológica com 666 mil hectares na região, fechando um mosaico de unidades de conservação na margem esquerda do Tapajós. Houve um ganho de preservação muito grande na região.

Aqui, temos um esquema do setor, traz justamente o passo a passo da instalação de um projeto hidrelétrico, à luz do processo de licenciamento ambiental. Rapidamente, eu vou mostrar um panorama. Inicia-se pelo inventário hidrelétrico, que incorpora a avaliação ambiental integrada. Esse inventário é submetido à aprovação da ANEEL. Se aprovado, passa-se para um segundo momento, que é o



Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, ocasião em que elaboramos os estudos ambientais, o EIA/RIMA.

Esse estudo de viabilidade técnica e econômica é submetido à ANEEL, e os estudos ambientais, no caso específico de São Luiz do Tapajós, foram submetidos ao IBAMA.

Paralelamente à elaboração desses estudos, são promovidas audiências públicas, reuniões técnicas, oitivas com as comunidades indígenas. Caso o órgão ambiental sinalize pela viabilidade ambiental do empreendimento, com a emissão da licença prévia e a aprovação também do EVTE — Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica, esse empreendimento vai a leilão.

Então, nós estamos justamente na fase que antecede as audiências públicas — estas ainda não se realizaram. Após o leilão, são detalhados os programas e projetos do empreendimento.

Vou fazer agora um breve resumo da situação dos estudos. Em 2006, iniciaram-se os estudos de inventário do Tapajós. Em 2009, a ANEEL aprovou esse inventário, no qual foram sinalizados sete aproveitamentos hidrelétricos. Em 2011, 2 anos depois, foi publicada a resolução pelo Conselho Nacional de Política Energética. Desses sete aproveitamentos, ele sinalizou quatro como estratégicos e estruturantes. Posteriormente, foi criado o Grupo de Estudos Tapajós, que é coordenado pela ELETROBRAS e que está fazendo os estudos de São Luiz do Tapajós e de Jatobá. Os demais aproveitamentos hidrelétricos não estão em estudo. Com o tempo, a sociedade vai decidir se eles vão ser realizados ou não.

O Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica foi entregue à ANEEL. Como eu falei, ainda está em processo de análise, e a ANEEL só se manifesta após o recebimento do posicionamento do IBAMA.

A previsão é que, caso seja atestada a viabilidade ambiental do empreendimento, as primeiras máquinas começarão a operar em 2021, conforme o Plano Decenal de Energia 2024.

A Regina já deu o panorama detalhado do licenciamento ambiental. Não vou me ater a isso, mas gostaria de acrescentar duas informações que não foram citadas aqui. Em outubro deste ano, o cadastro socioeconômico do empreendimento foi aprovado pelo Comitê Interministerial. Recentemente, no final de junho, a



---

Agência Nacional de Águas emitiu a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica do empreendimento.

Para continuidade do processo de licenciamento, há ainda alguns passos a serem vencidos. O primeiro, como já foi citado aqui, é o protocolo de alguns esclarecimentos que foram solicitados pelo IBAMA durante a realização de um seminário. Estas informações estão sendo trabalhadas pelo Grupo de Estudos. Os passos seguintes são a realização das audiências públicas, que é uma exigência normativa do processo, e a consulta aos povos indígenas. Existem duas propostas de metodologia de consulta: uma é elaborada pelo Governo Federal e a outra é apresentada pela comunidade munduruku. Essas propostas estão na Secretaria de Governo, a antiga Secretaria-Geral da Presidência. Estamos aguardando uma sinalização da Secretaria para retomar esse diálogo com o povo munduruku.

Paralelamente a isso, nós aguardamos uma autorização da FUNAI justamente para a continuidade dos estudos do componente indígena na região, a manifestação dos órgãos envolvidos que ainda não se manifestaram e, por fim, a finalização da análise pelo IBAMA, sinalizando pela viabilidade ambiental ou não do empreendimento.

Mais especificamente em relação ao parecer da Prefeitura, gostaria de destacar que em setembro também recebemos o Secretário de Meio Ambiente de Itaituba no Ministério. Naquela momento, nós nos comprometemos a encaminhar o documento à ELETROBRAS, o que foi feito, por meio de um ofício, em outubro.

Recebemos com muito bons olhos o parecer e o consideramos uma excelente iniciativa. Com base na minha experiência no setor elétrico, eu posso relatar que foram pouquíssimos os casos em que uma Prefeitura constituiu um grupo de trabalho e fez sua análise sobre algumas inconsistências. E o grupo fez uma série de observações construtivas para que o EIA/RIMA fosse aperfeiçoado. Por isso, realmente temos que parabenizá-lo.

Um fato também interessante é que houve uma valorização do conhecimento local e do capital social da região, tanto de Itaituba quanto do Estado do Pará, onde há várias universidades e pessoas muito capacitadas. Vemos isso estampado no relatório.



Concordamos plenamente com o posicionamento do Secretário, no sentido de ampliar a participação dos agentes da sociedade durante todo o processo de licenciamento ambiental.

No âmbito do Governo, nós já iniciamos esse diálogo em 2014. Estivemos nas Prefeituras, em órgãos federais da região e em algumas comunidades. Concordamos que é preciso intensificar esse diálogo. A princípio, nós imaginávamos fazer reuniões técnicas setoriais — acho mais produtivo tratar setores — e, obviamente, ampliar muito a discussão com a sociedade civil, enfim, com a comunidade indígena principalmente.

O que trazemos aqui para discussão, à luz do que o parecer sinaliza — não cabe ao Ministério de Minas e Energia fazer os comentários de ordem técnica —, é que o processo de licenciamento por si só, pela sua dinâmica, consegue absorver tudo isso. Nós ainda estamos na fase inicial, a de analisar as considerações feitas. E eu até acredito que muitos pontos abordados aqui já podem ter sido tratados nos 180 itens que o IBAMA sinalizou.

Então, a partir da atualização dessas informações, talvez possamos começar a fazer correções de rumo, propor novos programas, novas medidas mitigadoras, de forma a construir um documento de bom termo e também qualificar mais e mais esse processo.

Nossa preocupação enquanto Governo é justamente as obrigações do Estado e do empreendedor perante a região. É óbvio que aquelas obrigações inerentes aos impactos ambientais provocados pelo empreendimento têm que ser observadas — e mitigados os impactos — pelos futuros ganhadores do leilão, caso haja.

Nós temos uma preocupação muito forte com as obrigações do Estado. Fico então muito feliz, também, com o trabalho desenvolvido pelo Estado, que se coaduna também com as preocupações do Governo Federal, da Casa Civil, que é esse olhar estratégico para a região.

Há então uma necessidade forte — o Governo já vem mapeando essas questões — justamente de implementar políticas públicas nos Municípios atingidos. Por exemplo, na nossa agenda do Ministério de Minas e Energia está o Programa Luz Para Todos, que já conseguimos universalizar em vários Estados, mas infelizmente, em alguns Estados da Amazônia, nós ainda não tivemos esse sucesso.



Então há um olhar muito atento para o Pará, principalmente para a região de Tapajós, de Altamira, enfim, para que possamos vir a atender essas comunidades, independentemente da existência ou não do empreendimento. Também outros projetos, outras obras de infraestrutura para a região são importantes.

Só para finalizar, eu acho que nós temos que ter dois encaminhamentos aqui, pelo menos é uma sugestão do Ministério. Um deles é o envolvimento de outras instituições públicas. Podemos trazer para um debate a Casa Civil, os Ministérios do Planejamento, do Meio Ambiente, dos Transportes, da Saúde, da Educação, o Governo Estadual, que está com essa bela iniciativa na região, e o Governo Municipal também, que já está empenhado em construir políticas para as regiões mais consolidadas.

Com relação às questões de ordem técnica, eu acho que há uma necessidade de esclarecimentos pelos desenvolvedores dos estudos, pelo grupo de estudos. Enfim, quando forem finalizados, eles irão responder.

Era só isso. Corri um pouquinho, o tempo passou rápido. Estou à disposição para qualquer esclarecimento.

Obrigada. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Muito obrigada pelos seus esclarecimentos.

Passo agora a palavra ao Sr. Felício Pontes Júnior, Procurador Regional da República da 1ª Região.

**O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR** - Obrigado, Presidente. Eu cumprimento a Mesa, o Deputado Arnaldo Jordy, o Secretário Luiz Fernandes, os demais membros, o Secretário Hilário, o Chefe Adalto Munduruku.

Nós estamos falando sobre o estudo de impacto ambiental da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, e eu gostaria de deixar aqui a minha contribuição sobre um aspecto apenas, muito pequeno, mas muito relevante, já que o EIA/RIMA tem dezenas de volumes, abarca uma quantidade enorme informações, como deve ser o EIA/RIMA. Eu gostaria de me ater aqui ao aspecto dos direitos indígenas, ao que foi colocado na região.



A primeira crítica que eu gostaria de fazer ao estudo é que ele é completamente inconsistente em relação a trazer a realidade dos povos indígenas que foram afetados.

Se nós pudéssemos fazer uma comparação com Belo Monte — e aqui não há como não fazer, o próprio Secretário Luiz Fernandes abriu a nossa audiência já citando Belo Monte e Tucuruí, que são dois grandes traumas para o Estado do Pará, pela falta exatamente de mitigações, pelo que o Governo do Estado hoje tem que suportar em termos de ônus, e não tem o bônus desses empreendimentos, mesmo porque, dentro do sistema federativo, a maior receita do Estado é o ICMS, que é pago no consumo, e não na origem. O Estado acaba ficando com o ônus da carga social e ambiental, sem que tenha os recursos necessários para fazer frente à demanda.

Em relação especificamente aos direitos indígenas, como eu dizia, se fizermos uma comparação entre o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente — EIA/RIMA de São Luiz do Tapajós e o EIA/RIMA de Belo Monte, veremos que o EIA/RIMA de Belo Monte é muito mais abrangente, muito mais real, muito mais profundo, em relação aos direitos indígenas, à afetação, aos impactos sobre as comunidades indígenas da Região do Xingu, comparado com o EIA/RIMA de São Luiz do Tapajós.

Para ter uma ideia, Sra. Presidente, Deputada Júlia Marinho, nem mesmo dados primários foram recolhidos. Os dados que constam são praticamente todos secundários. É importantíssimo frisar isso, tendo em vista que estamos diante de uma comunidade que tem por volta de 13 mil indígenas, que terão o seu modo de vida completamente afetado se esta hidrelétrica for construída.

Eu queria trazer à consideração dos senhores outro aspecto deste caso que é um óbice intransponível e constitucional para que esta hidrelétrica seja construída: o art. 231, § 5º, da Constituição Federal. Este artigo diz que não pode haver, no Brasil, remoção de povos indígenas, a não ser em caso de alguma catástrofe, em que se precise retirá-los da região. O mesmo artigo determina que, tão logo a catástrofe ou ameaça passe, os povos indígenas devem retornar ao seu lugar de origem, o que não é o caso em análise.



O Governo Federal, em todas as hidrelétricas que fez na Amazônia, já depois no período pós-ditadura militar, alardeou que nenhuma dessas hidrelétricas afetaria os direitos indígenas, que não seriam construídas, porque na área indígena não haveria área indígena inundada. É verdade, no sentido de que ela não inundaria a terra indígena, mas não é verdade no sentido de que ela não impactaria a terra indígena. O fato é que não se precisa apenas inundar uma terra indígena para promover um impacto sobre ela.

Mais uma vez, o exemplo marcante e presente que temos é Belo Monte, que nos prova isso. O local em que estão duas terras indígenas, na beira do Rio Xingu, onde o rio faz uma curva, a grande volta do Xingu, estas duas terras indígenas não mais terão o seu território banhado pelo Rio Xingu: haverá um desvio de 100 quilômetros no Rio Xingu. Esta parte será considerada pelo IBAMA como trecho de vazão reduzida.

O rio ficará, a partir do próximo ano, neste desvio de 100 quilômetros, já que a licença prévia acabou de ser emitida, com, mais ou menos, 10% a 20% do volume de água que haveria normalmente.

Imaginem o impacto disso sobre a comunidade indígena! A maior fonte de proteína dos indígenas, tanto dos povos do Xingu, como dos povos do Tapajós, vem do peixe, e na grande volta do Xingu nós ficaremos sem, segundo alguns ictiólogos, sem 273 espécies de peixes — elas sumirão. É claro que ninguém poderia sobreviver ou praticamente poucas espécies sobreviveriam com 10% a 20% do normal da água do volume de um rio e o volume de um dos maiores rios do mundo, como o Rio Xingu. O Tapajós é maior ainda que o Xingu. Os efeitos, então, serão devastadores na área.

No caso do óbice constitucional, eu gostaria de explicar por que ele existe. No caso específico da Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, esta hidrelétrica inundará a terra indígena Sawré Muybu. É isso que o EIA/RIMA nos traz, embora chegue à conclusão de que aquilo pode ser suprido de alguma forma ou pode ser remediado. Não pode, porque a Constituição determina que não haverá remoção de povos indígenas no Brasil.

A remoção é uma das maiores atrocidades que se pode cometer com alguma etnia. Não pode haver a remoção de povos indígenas. A terra indígena Sawré



Muybu está a jusante, a montante da barragem principal. Estando a jusante da barragem principal, ela terá uma parte considerável inundada.

Portanto, Deputado Edmilson Rodrigues, só há um meio de se construir esta hidrelétrica: mudando a Constituição. Mas mudando a Constituição no sentido de retirar direitos humanos da nossa Carta Maior, o que seria uma aberração jurídica muito grande, sem precedentes na história do Brasil.

Com base no EIA/RIMA que estamos estudando aqui, tivemos a constatação de que esta hidrelétrica possui um óbice constitucional que não pode ser ultrapassado: ela vai inundar e, com isso, afetar a terra indígena, promovendo a remoção dos povos indígenas.

Algumas aldeias da terra indígena Sawré Muybu — o mapa do EIA/RIMA mostra isso — encontram-se exatamente na área que vai ser inundada. Qualquer outra interpretação da Constituição nos leva a concluir que esta hidrelétrica é, do ponto de vista constitucional, impossível.

Isso nos veio à tona de maneira concreta depois do EIA/RIMA, embora nós do Ministério Público Federal já tivéssemos a desconfiança de que aconteceria. Era preciso haver dados do Ministério de Minas e Energia para dizer qual o tamanho real do lago do reservatório da Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós. Esta informação nos chegou agora, com o EIA/RIMA.

Trata-se, portanto, de um dado oficial, um dado que está no IBAMA. Eu espero que o IBAMA considere este fato, o ponto de vista constitucional, em relação à construção desta hidrelétrica, mostrando que, do modo como ela está concebida, atingirá Sawré Muybu.

Dentro da FUNAI, em que fase está a Sawré Muybu? Está em fase de publicação do relatório de identificação e delimitação. A publicação deste relatório, que, acredito, já está concluído há mais de 2 anos, ainda não ocorreu. É bom que se traga esta informação para esta audiência, segundo a ex-Presidente da FUNAI, que foi compelida a justificar por que não publicou o relatório e por que a publicação do relatório seria declarar, entre aspas, “oficialmente”, que a terra é indígena”. Segundo a Presidente anterior da FUNAI, o relatório não foi publicado por problemas políticos, e não por problemas técnicos.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR** - Ela afirmou, ao sair do Governo, em entrevista a uma agência nacional, que este era um dos motivos que a teriam feito deixar o Governo, o de que não fosse publicado o relatório. Hoje nós sabemos por que este relatório não poderia ter sido publicado: ele leva a Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós a um obstáculo intransponível. Esta é a verdade.

É preciso trazer estas informações e dizer que a Justiça brasileira não necessita, de verdade, da publicação do relatório de identificação e demarcação de terra indígena para que aquela área possa ser considerada terra indígena. Há uma jurisprudência aqui mesmo, tanto do Tribunal Regional Federal, como do Supremo Tribunal Federal. Há decisões que dizem que nós podemos averiguar de outros modos se aquela é terra indígena ou não.

Eu mesmo officiei alguns casos no Estado do Pará. Em nenhum deles houve o problema de a Justiça considerar determinada área como terra indígena, ainda que aquilo não tivesse sido declarado oficialmente pela FUNAI.

Aqui estão alguns dos que habitam esta terra, como o Cacique Juarez. Ele viajou por 3 dias pela BR-163 e pela Transamazônica para chegar aqui. Sua aldeia está localizada exatamente na área que vai ser inundada. Nós não estamos falando de algo abstrato, Deputado Jordy: estamos falando de algo concreto que vai afetar a vida dessas pessoas para sempre. Qualquer mudança que acontecer aqui será irreversível.

Eu gostaria de terminar esta fala lembrando que, pelo que tenho visto em relação a Tucuruí, aspectos que afetam os gaviões da montanha, e pelo que tenho visto em relação a Belo Monte, situações que afetam os araras e os jurunas, considero que estamos diante de um caso de etnocídio. Não se mata uma cultura apenas como fez Hitler, colocando pessoas em câmaras de gás e acabando com a vida delas. Mata-se uma cultura também sem armas, com processos que fazem com que as criaturas sejam removidas, com que saiam do seu território. Alguns lugares sagrados serão perdidos. Eu gostaria que estas ponderações fossem levadas em consideração.

Considerem a seguinte situação: imaginem hoje alguém chegar e dizer para quem é evangélico ou católico que o local de nascimento de Jesus será inundado ou



transformado, ou que vão retirar as pedras da gruta e levá-las para a construção de uma hidrelétrica no Rio Jordão!

Para quem é judeu, gostaria que esta comparação fosse feita em relação ao Muro das Lamentações. Imaginem dizer hoje que o Muro das Lamentações ou o Templo Sagrado de Davi seria retirado ou suprimido historicamente do mapa para a construção de uma hidrelétrica na região de Jerusalém! Este é o efeito que recairá sobre esses povos.

Eu gostaria que estas palavras não fossem ditas por mim, por um representante do Ministério Público Federal, mas, sim, pelo próprio indígena afetado. Está aqui nosso guerreiro Adalto Akay.

*(Manifestação na plateia. Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Obrigada pelos seus esclarecimentos.

Gostaria de registrar a presença da Deputada Simone Morgado, uma das grandes defensoras desta causa, pela qual já vimos lutamos desde o início do ano.

Quero registrar também a presença do Deputado Joaquim Passarinho, do Estado do Pará.

Concedo a palavra ao Sr. Adalto Akay Munduruku, chefe dos guerreiros do povo munduruku.

*(Manifestação na plateia.)*

**O SR. ADALTO AKAY MUNDURUKU** - Bom dia a todos. Bom dia, lideranças que estão nos acompanhando. Obrigado pela oportunidade de participar desta Mesa.

Sra. Presidente, eu vou falar de cada item. Vocês dizem que a hidrelétrica vai melhorar a vida do povo munduruku, mas não vai. Vou falar diretamente do impacto negativo.

A hidrelétrica vai trazer, aos poucos, o aumento de preços para o povo indígena também no Município de Jacareacanga. Sabem por quê? Muita gente vai chegar ao Município por causa de emprego. Além disso, a violência contra o indígena e a prostituição vão aumentar.

Dizem que a hidrelétrica vai trazer melhoria para o povo indígena, mas isso não é verdade. Ela vai trazer doenças sexualmente transmissíveis, porque muitas



peessoas vão se envolver com nossos parentes, nossas filhas, nossas irmãs. Por isso, a gente não quer que a hidrelétrica seja construída no Rio Tapajós.

Também vamos ter a perda de alimentos no lugar abrangido. Nossos alimentos vivem em paz lá. A hidrelétrica, onde os peixes vivem, vai parar o rio. Os peixes não estão acostumados com água parada. Eu digo isso porque eu sou morador da terra indígena.

Vocês mandam pesquisadores que dizem que viram a população indígena, mas não é verdade. Eles dizem que o IBAMA quer dar licença. Não somos do IBAMA: nós somos da terra lá, nós sabemos o que vivemos lá.

Quinto, vai acontecer a contaminação do rio e dos peixes, a mudança do ciclo natural do rio, enchentes e seca. Por isso, a gente não quer que a hidrelétrica aconteça no Rio Tapajós.

Sra. Presidente, a gente também não quer o relacionamento das nossas mulheres com os brancos, porque eles não respeitam os indígenas. A gente não quer que eles mexam nas nossas índias. Por isso, a gente não quer que a hidrelétrica aconteça no Rio Tapajós.

Em sétimo lugar, com os alagamentos em comunidades ribeirinhas, a gente vai perder tudo. A gente tem remédio tradicional nas comunidades ribeirinhas. De onde a gente vai trazer o nosso remédio tradicional? A gente vai perder tudo! E os ribeirinhos e moradores, também! Vão alagar as aldeias onde eles vivem. Por isso, a gente não quer que a hidrelétrica aconteça no Rio Tapajós.

Oitavo, estão fazendo uma promessa de geração falsa. Tem a questão da energia renovável, como a solar. O Governo podia colocar — qual é o nome? — placa solar, porque a energia solar não prejudica o ambiente. Lá tem muito sol. Podiam colocar placa solar nas aldeias indígenas.

Esta hidrelétrica vai trazer água suja, peixe contaminado! Eu já fui aonde a hidrelétrica está funcionando. No Rio Madeira, eu vi peixes morrendo, vi água suja. Tem muito urubu comendo peixe morto! Esta é a realidade. Eu vi pessoalmente! Por isso, a gente não quer que a hidrelétrica aconteça nas nossas aldeias. Ela prejudica as nossas vidas.



A gente está acostumado a pescar, a caçar. A gente vive da nossa floresta. Por isso, a gente não quer que aconteça a hidrelétrica no Rio Tapajós! (*Palmas na plateia.*)

Exigimos também que o Governo brasileiro tenha respeito pela nossa terra. Lá existem lugares sagrados. A gente respeita esses lugares sagrados. Mas eles vão alagar! Onde nossos espíritos vão nos defender depois? Tem que respeitar isso também! É a Constituição Federal que está dizendo, não é?

O Governo atual é um dos piores governos dos últimos tempos, porque foi o que menos demarcou terras indígenas. O Governo precisa entender que nós só queremos viver em paz, sem preocupação com ameaças.

O Governo anterior pelo menos fez a demarcação das terras indígenas. Agora, existem mais áreas demarcadas. Os indígenas precisam de área demarcada, porque eles vivem é na terra, e não na cidade. Na cidade, a gente não tem dinheiro para comprar alimento. A gente não tem comércio. A gente vive através do rio e da floresta. Por isso, a gente não quer que aconteça a hidrelétrica no Rio Tapajós.

Temos também a carta de 1987 do povo munduruku contra a hidrelétrica. Já faz mais de 30 anos que nosso povo é contra a construção desta hidrelétrica. Essas lideranças já se foram. Nós é que estamos lutando agora no lugar delas. Elas foram contra a hidrelétrica antes. Agora nós vamos em frente, até conseguir barrar a construção da barragem. Se a gente não conseguir, a gente vai continuar lutando até o fim!

“Saweh”! (*Manifestação na plateia.*)

Já faz mais de 30 anos que o povo munduruku é contra a construção da hidrelétrica. Dizem que a hidrelétrica é uma energia sustentável, limpa. É mentira! É energia suja! É verdade! Eu falei ainda agora. Eu já fui a Belo Monte. Eu já fui ao Rio Madeira. Ela não vai trazer água limpa, não! Ela vai trazer água suja e contaminada.

Minas e Energia dizem que vão levar melhoria, mas vão levar só doença ao nosso povo indígena. Sabem por quê? Eles tomam banho no banheiro; nós, não. Nós tomamos banho no rio. A água vai passando, a hidrelétrica vai infectar a água, aquelas manchas vão infectar o povo em geral, e várias doenças vão aumentar.

A produção de energia vai para as grandes cidades. Nas terras indígenas, fica apenas a destruição. Essa energia não vai servir para nós, não. Vai servir onde tem



empresa grande, onde tem soja grande. Não vai servir para nós, não! Vai servir só para a destruição ambiental.

Por isso, a gente não quer que a energia aconteça no Rio Tapajós.

Além disso, Sra. Presidente, falaram de um estudo agora, dizendo que foram ouvidas lideranças, mas elas nunca foram ouvidas. Já foi diretamente daqui, aprovou e pronto. Quando chegam às nossas aldeias, dizem que já foi feito o estudo, mas não foi. É mentira!

Se fossem conversar com a gente... Mas a gente nunca viu aquele pesquisador conversando com o nosso povo. Ele só acompanha a Força Nacional, levando e mandando acompanhar. Não é assim.

Se vocês querem ficar em paz com a gente, não poderiam levar aquela Força Nacional. Isso é falta de respeito com o mundurucu. Mas vocês sabem, porque vocês já estudaram, vocês atropelam nossos direitos de gerações. Como a gente vive nas aldeias, a gente tem muito. Vocês não sabem, vocês são estudados, mas vários vão ter que estudar não sei quantos anos ainda.

Nós, não! Nós temos que ouvir os sábios antepassados, as crianças, todo o geral.

Vocês também fizeram um estudo, mas vocês, que chamam as equipes, vocês têm que ouvir toda a população, para saberem onde vai ser infectado, para saberem o que vai acontecer onde vai ter a hidrelétrica. Mas vocês não ouvem.

Eu estou falando aqui em nome do meu povo em geral, do povo munduruku, do Pará.

Por isso, Sra. Presidente, eu digo: eu sou morador da terra onde a gente vive. Eu vim aqui em nome do meu povo geral e, em primeiro lugar, em nome de Jesus também. Eu peço desculpas por eu falar isto.

Vocês me deram a oportunidade.

*“Saweh”! (Manifestação na plateia: Saweh!) (Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Gostaria de agradecer as palavras do Sr. Adalto, um indígena que fez colocações precisas e muito sábias.

Existe um ditado popular muito simples: *“Só sabe onde o sapato aperta quem calça o sapato”*. Só sabem das dificuldades os indígenas que passam por elas. Eu me refiro não somente à aldeia munduruku, mas também às demais que existem no



nosso Pará, às tantas que já estão afetadas e às outras que também serão afetadas pelas construções de hidrelétricas.

Nós temos o histórico de Belo Monte e do Rio Tapajós e também já estamos começando a enfrentar problemas com o Rio Tocantins, próximo de Marabá. Recentemente, estive em duas aldeias de lá. A preocupação é a mesma: não só com o alagamento, mas também com o volume de água, que vai impedir a pesca, a caça, o cultivo de ervas, de plantações. Isso nos preocupa.

Nossa preocupação já vem de algum tempo: desde o início do ano. Nós vamos continuar lutando para defender esta causa.

Gostaria de dar oportunidade agora ao Deputado Arnaldo Jordy, proponente deste evento, para fazer a sua exposição.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sra. Presidente Júlia Marinho, queria, em seu nome, cumprimentar todos os Deputados e Deputadas aqui presentes, bem como os autores, como eu, V.Exa., os Deputados Edmilson e Átila. Queria cumprimentar todos os indígenas aqui presentes, que nos prestigiam.

Esta Casa, pelo menos esta Comissão, fica muito honrada com a presença de V.Exas.

Falo em nome do Adalto Munduruku. Queria cumprimentar também o Dr. Felício Pontes, um lutador, amigo, parceiro e entusiasta da defesa dos direitos que são aviltados, por tudo o que já foi dito aqui; a Dra. Maria Aragão; o Sr. Hilário, Secretário do Meio Ambiente de Itaituba; Sr. Luiz Fernandes Rocha, Secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, que tem feito um trabalho importante e exitoso à frente da Secretaria; e Sra. Regina Coeli Generino. O Sr. Adalto Akay Munduruku já foi citado. Todos estão presentes.

Cumprimento a Deputada Simone Morgado, que tem participado intensamente desses debates, assim como o Deputado Joaquim Passarinho.

Vou procurar ser brevíssimo, até por causa do adiantado da hora. Não há como esconder o sentimento de indignação, de revolta, de inconformismo com a situação — e, por favor, peço a todos os técnicos do IBAMA presentes, assim como aos do Ministério de Minas e Energia, que não tomem o que dissermos aqui como algo referente aos senhores, pessoas que não têm nada a ver com isso. O debate aqui é mais conceitual e estrutural. Mas está tudo errado!



Muitas vezes, nós somos proibidos de ter o olhar aqui revelado pelo Adalto Munduruku. Nós estamos treinados! A sociedade capitalista do consumo, do progresso, do desenvolvimento a qualquer preço é cada vez mais proibida de ter um olhar humanista, natural, ancorado nos direitos fundamentais consagrados no ordenamento jurídico — é bom que deixemos isto muito claro —, consagrados na Constituição brasileira. Nós somos empurrados, cada vez mais, a não termos esse olhar.

Por isso, muitas vezes nos flagramos embarcando em muitos conceitos completamente equivocados, desvirtuados. Em nome do quê? Da produção da energia, para equilibrar a matriz energética brasileira, que está falida! Esse modelo de hidrelétrica é absolutamente nocivo! Não venham os técnicos, e o IBAMA, e o Governo, e o Ministro dizer que é absolutamente imprescindível.

O Uruguai, em 12 anos, mudou completamente o perfil da sua matriz energética — em 12 anos! Hoje, 95% da matriz energética do Uruguai é renovável, país que não tem os fundamentos macroeconômicos da economia brasileira e, é claro, não tem a dimensão, a complexidade, a territorialidade, a população do Brasil. Tudo é verdade, mas aquele país não tem os fundamentos de recursos que temos para que possamos ter uma matriz mais limpa, e fizeram isso em 12 anos!

Eu estou mencionando isso para não se dizer que este é um debate oco, estéril, romântico, impossível. É possível! Deputada Simone Morgado, estão aí os artigos para quem quiser ver: 95% da matriz energética do Uruguai hoje é renovável, é energia limpa! Em 12 anos, fizeram isso lá.

E quanto à energia solar? Conforme ilustrou o Adalto, a participação da energia solar neste País absolutamente continental, solar — e mais ainda em nossa região —, localizado abaixo da linha do trópico, é zero, vírgula, zero, alguma coisa. Não tem nem traço na estatística! A Alemanha, que não tem 20% dessas condições, tem 8% da energia solar na sua matriz energética. E nós não temos nada! Por que nós não temos nada? É obra de quê? É culpa de quem?

É por uma opção clara. E essa confusão toda é feita em nome de quê, do desenvolvimento de quem, do progresso de quem? Nós estaremos produzindo em Tapajós, segundo a previsão, como já foi dito nesta Mesa, 8 milhões, 9 milhões, 10 milhões de quilowatts.



*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sim, digamos que sejam 8 milhões de quilowatts ou 8 mil megawatts. Vamos somar com Tucuruí, que são 7 milhões ou 8 milhões de quilowatts, e somar ainda com Belo Monte, que são 10 milhões de quilowatts; então, em breve, o Pará estará produzindo 30 milhões de quilowatts de energia, sendo que 82% disso vai para fora, para atender a interesses alheios aos daqueles que estão pagando por essa produção.

Para agravar um pouco mais a situação, lembro que nós não recebemos um centavo dessa energia exportada. Toda essa confusão de Tucuruí, de Belo Monte, de Tapajós, de Tocantins e tudo o mais é para produzir para os outros, ou seja, 82% dessa confusão! E o Estado não recebe um centavo disso; 22% dos 8 milhões de paraenses estão sem energia, em pleno século XXI; paga-se ali ainda a segunda tarifa mais cara do Brasil, só perdendo para Tocantins. E querem nos convencer de que isso é bom para nós, de que aqueles que resistem são contra o Brasil, são contra o desenvolvimento e o progresso do País! Ora, vão se catar!

Belo Monte é uma tragédia! E o IBAMA custou a perceber isso. São 23 ou 24 ações — não sei bem — do Ministério Público Federal dizendo, há anos, a mesma coisa, Deputada Simone Morgado: *“Isso está errado. As compensações não existem”*. No complexo Belo Monte, a Norte Energia enganou inclusive o Governo — ou o Governo se permitiu enganar, digo para ser mais franco.

E agora, neste ano, a Presidente do IBAMA reconheceu, já no apagar das luzes, depois de um movimento grande — do qual a Deputada Júlia Marinho participou, assim como o Dr. Felício, que seria um bom representante aqui nesta Casa, enfim, todos que estão aqui presentes participaram, de alguma forma, desse movimento —, após uma audiência feita aqui, da qual participaram o Deputado Edmilson Rodrigues, a Deputada Júlia Marinho, o Deputado Joaquim Passarinho e a Deputada Simone Morgado, que houve um blefe, que realmente as compensações, o mínimo para atenuar os problemas, não tinham sido minimamente cumpridas. E ela acabou por liberar as licenças de operação.

Eu quero dizer isso porque eu já elogiei a Presidente do IBAMA, quando, ainda que tardiamente, ela reconheceu o que houve. Eu fui à tribuna parabenizá-la, pois, ainda que tardiamente, repito, o reconhecimento foi feito. Mas ela não acatou o



cumprimento das condicionantes. É verdade, ela mandou uma equipe até lá e liberou as licenças, diante das pressões políticas a que o Procurador se referiu.

Essas pressões políticas e esses arranjos políticos são infinitamente mais ofensivos do que se pode imaginar! Estão aí as delações premiadas da Lava-Jato, como a do Sr. Dalton Avancini, da Camargo Corrêa; estão aí as delações do Sr. Milton Pascowitch, da Engevix; estão aí as delações da Andrade Gutierrez, dizendo que teve que pagar propina ao Governo, ou a pessoas do Governo, para obter a participação no Consórcio Belo Monte. E não há dinheiro para fazer cumprir as compensações socioambientais para a população de pescadores, de índios, de ribeirinhos, de pessoas absolutamente reféns desse jogo de poderosos. O dinheiro está rolando na propina, por debaixo dos panos — essa é que é a verdade —, para fazer esse jogo todo!

O modelo está errado. Nós já vimos isso, desde Tucuruí. Meus amigos, senhores do Governo, senhoras do Governo, técnicos — e, por favor, repito, isto tudo que estou dizendo não é dirigido às pessoas aqui presentes —, o Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB de Tucuruí, há 30 anos, e até hoje, está lutando por *kit* antimalária e cesta básica, ou seja, 30 anos depois!

Contudo, na época em que Tucuruí foi feita, não havia Ministério Público e não havia Governo supostamente comprometido com o direito dos trabalhadores — na verdade, enganando o povo —, não havia audiência pública, não havia nada disso. Era na base da baioneta: *“Toma aqui! Te aquieta, te cala, que nós vamos fazer!”* E nós estamos vendo reproduzir-se o mesmo modelo, na sua essência, 30 anos depois, sob a égide de um Governo e de um partido supostamente comprometidos com os interesses dos trabalhadores. Essa é a revolta! E não venham me dizer: *“Ah, mas isso não é de agora, sempre foi assim!”* Tudo bem, é verdade, não é de agora, mas o pecado do pregador é mais grave do que o pecado do pecador.

É por isso que a indignação com este Governo é maior, Dr. Felício. É como se V.Exa. algum dia, supostamente, chegasse a ser Governador, Presidente ou algo parecido e fizesse a mesma coisa que V.Exa. hoje está criticando, contra a qual está se empenhando. Alguém iria dizer: *“Se fosse outro qualquer, tudo bem! Mas o Felício, que brigou contra Belo Monte, que fez audiência contra Belo Monte, que*



*ocupou Kararaô, que interditou estrada! E agora é o mais árduo defensor desse conluio promíscuo, imundo, preterindo direitos absolutamente consagrados!”*

Eu queria ouvir, depois da denúncia de V.Exa., a manifestação do Ministério de Minas e Energia e a do IBAMA sobre como vamos resolver esse impasse da agressão flagrante à Constituição Brasileira, Deputado Joaquim Passarinho. O Procurador disse aqui — está taquigrafado e nós vamos reproduzir esta audiência — que há uma flagrante agressão à Carta Magna do País.

Inclusive, depois desta audiência, Dr. Luiz Fernandes, nós precisamos ir ao Supremo Tribunal Federal, que é o guardião da Constituição, para tentar sensibilizar esse atropelo à Carta Constitucional brasileira, por conta disso.

Quantas vezes estivemos com o então Ministro do Meio Ambiente, Edison Lobão? Depois, viemos a saber que ele estava pegando propina, era um dos propineiros, para fazer concessões. Era por isso que ele dizia, quando íamos lá, que estava tudo bem, Deputada Simone Morgado! Belo Monte era uma maravilha para ele, nos relatórios dele. Deveria estar preso esse senhor, esse Ministro Lobão!

Eu queria concluir, já sugerindo algumas ações muito concretas.

Primeiro, nós precisamos denunciar no Supremo Tribunal Federal esse etnocídio. Eu sugiro que nós, pelo menos os Deputados que estão aqui presentes, estudemos a possibilidade de irmos até lá junto com outras entidades, com quem puder, como Ministério Público e OAB, entidades que geralmente se envolvem nesse tipo de ação. Nós precisamos levar isso muito a sério, para tentar levantar esse questionamento.

Segundo, nós precisamos arguir o IBAMA, porque infelizmente o atual modelo impõe que exclusivamente a União seja o órgão licenciador. E nós estamos debatendo aqui a mudança da Lei Complementar nº 140, para tentar pelo menos colocar o Estado como licenciador concorrente. Como é que a União, num país como este, com diversidade cultural, econômica, social, etc., decide aqui, num gabinete, Deputado Joaquim Passarinho, algo que será feito lá no Amapá, no Pará, no Amazonas: *“Ponha-se ali um enclave”*. Decide-se aqui, e o Governo do Estado — eu não estou falando deste ou daquele Governador, por favor —, o ente federativo, não é ouvido, não opina sobre nada, fica de braços cruzados, do ponto de vista



jurídico, assistindo a essa confusão, sem poder dizer: *“Espere aí, gente! Eu não quero...”*

Dos membros do estudo que a senhora citou aqui, dos que fizeram a análise dos projetos, há sete cidadãos de Brasília e não sei quantos do Rio Grande, mas não há um paraense! Nada contra os técnicos, mas não há vaga para um paraense, que conhece o local, que sabe o que é açai, peixe, linha de pescar. Não há um paraense técnico do Emílio Goeldi, da universidade ou do próprio órgão do Governo, que deveria dizer: *“Integra esse rapaz aí, pelo menos para dizer onde é o mapa, para fazer uma análise desse estudo”*, Deputada Simone Morgado. Essas coisas passam despercebidas, como se fossem normais.

Repito, nada tenho contra os técnicos.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Não, eu vou ouvi-la, doutora. Quero ouvi-la! A senhora precisa explicar, em nome do órgão, essas coisas que estão aqui.

Enfim, não há um técnico. O Governo do Estado, que foi eleito, seja quem for, seja de que partido for, a Assembleia Legislativa, os Deputados que foram eleitos, não podem opinar sobre isso!

A empresa que vai fazer o inventário de fauna e flora é de Curitiba; os hooks estão lá, jogados; os pescadores foram retirados e estão a 8 quilômetros do seu local, do seu hábitat. Então, não pode.

Eu queria ver se podíamos mudar. E acho que precisávamos, Deputado Edmilson Rodrigues, organizar aquela audiência que nós ficamos de fazer, que não aconteceu por falta de data no calendário, e este ano não vai ser possível mais, para reproduzir este debate em Itaituba, com todo mundo participando.

Era o que eu tinha a dizer. Desculpem-me pela forma de falar, mas, por causa da indignação, não tem como, às vezes, nos contermos.

Obrigado e parabéns a todos que estão aqui pela audiência. *(Palmas.)*

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Obrigada, Excelência, pelas sábias observações.

Gostaríamos de dar continuidade à audiência, passando agora aos debates com os Parlamentares presentes, que também farão as suas interpelações.

Neste momento, eu concedo a palavra à Deputada Simone Morgado.



**A SRA. DEPUTADA SIMONE MORGADO** - Sra. Presidente, Deputada Júlia Marinho, gostaria, inicialmente, de cumprimentar e parabenizar V.Exa., os Deputados proponentes desta audiência pública e os integrantes da Mesa. Também quero saudar os indígenas aqui presentes, os maiores interessados, e os demais Deputados.

Quero ser breve, concordando plenamente com o que o Deputado Jordy disse. Dirijo-me ao Procurador Felício Pontes, saudando-o de maneira especial e dizendo — se não me engano, foi o Deputado Jordy quem lhe chamou de Deputado — que cumprimos uma grande missão nesta Casa.

Eu era Deputada Estadual, vim com toda ânsia para cá, com todo o desejo, porque é uma missão, com certeza, que Deus nos dá. Confesso que sentimos um pouco de decepção diante da nossa impotência por não podermos fazer nada, apesar de tanta dificuldade.

Estamos vendo agora a história se repetir mais uma vez. Já vimos Tucuruí, de que eu não participei, e Belo Monte, quando comecei a entender mais do processo, no final do meu mandato de Deputada Estadual, porque estive ali presente — e quando estamos presentes sentimos mais.

Agora, participando do projeto de São Luiz do Tapajós, vemos que desde o início ele está errado. E é bom ouvirmos o seu testemunho aqui, já com esse flagrante processo de ilegalidade sobre a questão da inundação dessa terra indígena.

Deputado Jordy, V.Exa. sugere que nós devemos ir ao Supremo. O estudo de impacto está sendo analisado e cabem correções. Eu não sei se, antes de irmos ao extremo, para já não começar, não caberia uma discussão, se não seria melhor não começarmos agredindo.

Nós temos, sim, que conversar bastante. O Adalto mencionou que sempre dizem que escutam as comunidades, que escutam todos vocês, e sabemos que isso não acontece. Fazem as coisas de cima para baixo e, na maioria das vezes, vocês não são escutados. Sabemos disso.

Eu estive em Vitória do Xingu e participei de uma reunião do comitê gestor, apenas eu como autoridade — na época, era Deputada Estadual. Dessa reunião participaram o superintendente da Norte Energia e o representante de uma empresa



terceirizada. Eu estava lá só como observadora. Todos os indígenas foram massacrados pelo representante da Norte Energia. Os índios cobravam e ele dizia: *“Vamos ver, vamos deixar para depois”*. Segundo fui informada, essas reuniões aconteceram o ano todo, e eles protelando, sem resolver nada. As coisas só eram resolvidas — porque agora a licença já foi permitida em Belo Monte — quando os indígenas fechavam a rodovia, quando eles faziam algum protesto, e o senhor sabe disso.

Vemos que nada adianta, infelizmente. E aí fica demonstrada a impotência que eu falo, Dr. Felício. Que bom que o senhor ainda tem o poder da caneta, de propor ações. Nós não temos nem isso: só temos a tribuna, o microfone para fazer denúncias.

Eu faço parte da Comissão de Fiscalização Financeira e cheguei a solicitar ao Ministério de Minas Energia todos os contratos das empresas que fazem a supressão vegetal. Eles demoraram 60 dias para responder, mas me mandaram vários contratos. O que eu pude observar nessas empresas — e eu queria até lhe perguntar, porque o senhor deve acompanhar essa questão, e a licença já foi concedida —, por exemplo, é que uma delas, e são várias, executou 50% do processo, ou seja, ela só tinha retirado 50% das árvores. E os outros 50% ainda estão lá. Como é que vai acontecer isso? Essas árvores vão continuar lá quando a área for inundada? Em outras empresas, eu observei que só 30% das árvores tinham sido retiradas, 70% ainda estão lá. Eu estou com todos esses contratos, Dr. Felício. Se quiser, eu posso disponibilizá-los para o senhor. Eu pedi essas informações pela Comissão de Fiscalização, através do Ministério, que as solicitou para a Norte Energia, que foi obrigada a encaminhá-los para mim. Eu posso lhe encaminhar com o maior prazer.

Eu fiquei muito preocupada quando saiu essa licença. Como é que eles deram a licença? Na última reunião em que eu estive no IBAMA, e o Deputado Jordy também estava lá, eu fiz esse questionamento para a Presidente do IBAMA, que me respondeu: *“Não, nós estamos controlando isso”*. Ela olhou para um técnico, que disse que fazem um sobrevoo na região. Eles têm um equipamento que controla isso. Mas eu fiquei muito preocupada com essa questão da supressão vegetal, porque nós sabemos como isso ocorreu em Tucuruí. E eu recebi uma denúncia de



que o mesmo estaria acontecendo em Belo Monte. Quer dizer, eles inundam a área e a madeira não é retirada totalmente.

Uma nova hidrelétrica já está sendo pensada, e sabemos que, infelizmente, se caminha para isto, para os mesmos erros e as mesmas decepções, e muita coisa não vai poder ser corrigida.

Mas eu quero dizer aos representantes das tribos indígenas que eu também sou defensora do modo de vida que vocês levam. Dr. Felício, presenciei um encontro da empresa terceirizada encarregada da parte de agricultura familiar com os indígenas. São pessoas de fora do Pará, de outros Estados, que não têm a mínima noção de como é aquela produção agrícola, por exemplo, de como se faz farinha, e eles queriam dar aula para os indígenas. Isso é um absurdo! Quer dizer, nós temos tantas empresas locais e trouxeram uma empresa de fora para ensinar o modo de vocês, indígenas, fazerem a agricultura. Isso tudo está muito errado.

É isso o que eu queria acompanhar, Deputada Júlia Marinho. Nós paraenses — só há um Deputado aqui que não é do Pará — vamos ser os grandes afetados. Por isso é de interesse dos Deputados paraenses participar desse estudo de impacto ambiental, que já está sendo feito.

Nós precisamos do senhor, Dr. Felício, que sempre está integrado conosco, para passar essas informações. Tenho uma assessora especialista em Direito Ambiental que tem mantido contato frequente com a Dra. Taís, a qual nos tem ajudado muito. Gostaria também de estar integrada com o senhor na Comissão da Amazônia, pois esse é o nosso papel e estamos aqui para cumpri-lo.

Portanto, parabéns!

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Obrigada, Excelência. Suas observações foram muito precisas neste momento.

Vamos dar continuidade à audiência, para finalizarmos, porque a hora avança.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Joaquim Passarinho, para sua manifestação.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Obrigado, Presidente. Eu vou ser muito breve. Tive um agendamento médico e não pude acompanhar todos os debates.



Primeiro, saúdo toda a Mesa, na qual se encontram algumas pessoas muito amigas. Apesar de o Estado pouco poder se manifestar nessas horas, tenho certeza de que no Dr. Luiz Fernandes nós temos a garantia de uma pessoa íntegra, que vai fazer sempre o que for melhor para o nosso Estado e para o nosso povo. Quanto ao Dr. Felício, até por uma amizade familiar, tenho certeza que, de todos aqui, é o que mais pode fazer. A sua presença no Ministério Público Federal é a garantia de um guardião, para que possamos ver esse assunto pelo menos um pouco debatido.

Nós falamos que os povos indígenas não são respeitados, caro guerreiro Adalto, mas não se respeitam os indígenas, não se respeitam os brancos, não se respeita ninguém. Não se respeita o povo da Amazônia! Tucuruí foi feita um pouco na marra. Então, como vamos entender que se levaram 30 anos para uma eclusa ser concluída e, depois de 3, 4 ou 5 anos, pronta essa eclusa, que custou uma fortuna para nós, o Pedral do Lourenço não foi retirado para se poder andar no rio. Como se faz uma hidrelétrica sem eclusas? Se não há eclusas, não há caminho para o rio. Como se faz uma hidrelétrica sem fazer o caminho para a piracema, para que o peixe possa desovar? Como se faz isso? E ainda dizem: *“Isso é um desrespeito aos povos indígenas tradicionais”*. Não! Isso é um desrespeito a mim também, que moro na Amazônia e não tenho esse meu direito garantido.

Nós discutimos um dia desses com representantes do DNIT e do IBAMA. Eles disseram que se tem de fazer o estudo de impacto ambiental da hidrovia. Mas agora? A hidrelétrica tem mais de 30 anos, eclusa vai fazer 5 anos, e o IBAMA não começou nem a fazer o estudo de impacto ambiental! *“Ah! Mas há o do Pedral”*. *“Então, vamos tirar o Pedral.”* *“Não! Temos que fazer o balizamento e ainda a dragagem.”* *“Mas não se vai para o terceiro andar sem passar pelo primeiro, amigo. Tira logo as pedras daí, se já há licença e já há estudo.”* A Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade — SEMA tinha feito a licença ambiental lá do Pedral.

Sem falar no que já foi dito, nós temos preocupação com as fontes de energia. O Nordeste pode ser o maior produtor de energia eólica do mundo, mas nós ainda temos poucas fazendas produzindo esse tipo de energia. São embriões que não representam nada. Não sou daqueles que são contra o desenvolvimento, mas temos que saber que todo desenvolvimento gera uma degradação ambiental. Não tem como não gerar.



Preocupa-me, Hilário, o nosso Município de Itaituba ser atingido e não haver essas compensações. O Deputado Arnaldo Jordy falou há pouco que 80% das obras estão prontas, mas apenas 35% das condicionantes foram executadas. Por que as condicionantes ficam para trás e mesmo assim a licença sai?

Quando eu fui Secretário de Obras, eu vi a luta do Dr. Luiz Fernandes, então Secretário de Segurança Pública, para conseguir que a Norte Energia aceitasse fazer uma penitenciária, um alojamento para jovens infratores, para que pudéssemos ter uma garantia. Belo Monte vai dispensar agora mais de 20 mil pessoas. Como foi dito pelo Adalto, quando há esses projetos, os brancos vão atrás de emprego, mas a obra termina e essas pessoas ficam no entorno das cidades, criando todo tipo de problema de que o Governo Federal não participa. Essa herança fica com os Municípios e os Estados. E com isso não há como não fazer a mistura dos povos. Isso é muito difícil.

Então, depois de tudo estar errado, não sei de onde vamos partir para começar o certo. A Deputada Simone Morgado manifestou há pouco que acabamos vindo para cá com um pouco de tristeza. Este é o nosso primeiro mandato, e talvez os que estão há mais tempo não percebam mais isso. Nós achamos que podemos muito: *“Eu me elegi Deputado Federal e agora posso muito. Agora eu vou tentar consertar um bocado de coisa”*. Mas nós chegamos aqui e não consertamos nada, somos atropelados pelo sistema.

Então, vamos ver se, todos juntos, conseguimos pelo menos dificultar esse atropelo, para que possamos garantir, em parceria com o Ministério Público, se não a totalidade do que a Constituição Federal nos garante ou deveria garantir, mas pelo menos o respeito para com o povo da Amazônia.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Obrigada, Excelência.

Gostaria de passar a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, também proponente deste evento.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Eu quero aproveitar, como um dos proponentes, para agradecer às autoridades a presença e as contribuições valiosas, assim como aos Deputados.



Para que os convidados não se sintam desprestigiados, esclareço que estão acontecendo várias reuniões na Casa. Agora mesmo, no Plenário Ulysses Guimarães, está sendo realizada uma sessão solene em homenagem aos 10 Anos de Criação do Sistema Único de Assistência Social e aos 20 Anos das Conferências de Assistência Social, com cerca de 200 pessoas, talvez mais.

**O SR. DEPUTADO JOAQUIM PASSARINHO** - Está acontecendo agora uma reunião superimportante sobre câncer, a respeito de um estudo que se faz na Universidade de São Carlos acerca de um novo tratamento.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - A reunião do Conselho de Ética teve início, inclusive com briga física entre Deputados, mas terminou bem. Quando o Presidente da Comissão de Meio Ambiente ali chegou, ele apaziguou a situação e tudo terminou em paz. Inclusive, para nossa honra, o Deputado Chico Alencar, que é Líder do meu partido, foi absolvido de uma acusação por 16 votos a zero, na mesma Comissão que julga se processa ou não o Presidente do nosso Poder, Eduardo Cunha. Só para que os senhores entendam que são vários eventos acontecendo ao mesmo tempo.

Vou dizer com tristeza que, apesar do empenho do nosso Presidente, não houve bom senso e sensibilidade para permitir, em uma reunião como esta, de alto nível, em clima de paz e respeito, que os indígenas aqui estivessem presentes.

Eu pessoalmente me sinto humilhado, porque se anuncia que aqui é a Casa do povo, que nós somos representantes do povo, e nós só representamos uma parte do povo? Qualquer pessoa de paletó que chega na portaria entra, às vezes, sem nem se identificar, mas quando vêm os integrantes de um movimento social, quilombolas, indígenas, há todo um preconceito, uma resistência. Isso tem que acabar. Todos somos brasileiros.

A presença da representação dos mundurucus aqui é muito importante. Eu quero reforçar o convite para a audiência que será realizada no oeste do Pará, já aprovada. Penso que essa audiência não será a oitava prevista na Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho — OIT, que é totalmente desconhecida pelo Governo Federal, a ponto, como observam os companheiros do Greenpeace, de os indígenas mesmo terem de fazer o seu protocolo próprio, Sr. Presidente. Como eles querem ser ouvidos, onde, quantas audiências?



O Estado brasileiro assinou a resolução da OIT, portanto, é uma lei nossa, porque nós somos membros da ONU. Quando o Brasil e este Congresso, Senado Federal e Câmara dos Deputados, a aprovaram, ela se tornou lei brasileira, então tem que ser cumprida. As leis só são cumpridas quando é para prejudicar os humildes e favorecer os muito ricos. Esse é um grande drama que vivemos hoje no Brasil.

Essa audiência vai mudar as Comissões. Eu até pretendo que meu partido me indique para permanecer na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Torço muito para que o nosso Presidente permaneça, por ser um homem com história de luta, além da experiência parlamentar. São sete mandatos. Às vezes, nós votamos até de forma diferente, mas ele tem a grandeza de respeitar a diferença.

Se pudermos contar com a Deputada Júlia Marinho e com os que estão aqui mostrando interesse, faremos uma grande audiência. A ideia é realizá-la no Pará — pode ser em Itaituba, pode ser em Santarém. Itaituba até oferece melhores condições de infraestrutura, eu acho. Os indígenas podem decidir o local depois, onde o deslocamento fique mais fácil para reunir milhares de indígenas. Esse é o único jeito de o mundo nos ver.

Precisávamos reunir, em 1979, alguns milhares de indígenas e não indígenas, em Altamira, para o mundo olhar Belo Monte, que naquela altura era chamada de Kararaô. Houve um ato simbólico da Tuíra Kayapó. Eu sei que ela não iria cortar o pescoço do Muniz, diretor da estatal à época, mas ela quis mostrar com o terçado no pescoço dele que eles exigiam que o direito à vida fosse respeitado.

Então, foram necessários 19 anos. Mudou-se o nome da Usina, que passou a se chamar Belo Monte, e foi feito todo um novo esforço de manipulação para criar as condições.

Há o trabalho do Dr. Felício, pessoa pela qual tenho o maior carinho e respeito. É uma honra ser paraense e ter um procurador da República do porte dele, intelectual de compromisso ético. Não é admissível que prevaleçam as imposições de fora para dentro sobre as vidas. Às vezes, estamos enxugando gelo.

Eu quero externar uma questão. Essa audiência pode cumprir um papel em relação aos técnicos, porque, eventualmente, algum procurador da República, como



é uma carreira de Estado, talvez defenda, por exemplo, São Luiz do Tapajós, que não é o caso. Mas um procurador responsável poderia dizer: *“Tudo bem, estão criando problemas, esse relatório aí é perfeitamente aceito. Não vamos entrar com nenhum processo”*. Isso iria gerar uma crise interna na instituição, mas é possível. Ele não teria necessariamente que ser exonerado por uma divergência de concepção. É claro, se ele cometer um crime profissional, e é possível que cometa, responderia até com a demissão.

Eu digo isso porque eu sou professor. Eu vou falar ao Jordy, porque é sobre um militante do partido dele, Eduardo Lauande, meu aluno aos 14 ou 15 anos, menino genial, sociólogo, que faleceu com um tiro, porque, em um assalto em Belém, uma bala traspassou vários de seus órgãos. Lauande era filho de um velho comunista, que me empolgou com uma biblioteca — hoje menor do que a minha. Eu ficava maravilhado com esse intelectual autodidata Salim Lauande. Esse menino, além de ser intelectual desde criança, desenhava brilhantemente. E ele desenhou uma aeronave com autoridades da época, uma charge, e a diretora da escola resolveu puni-lo. Eu era professor. Até aí eu tenho o direito de abrir um processo e ele se defender. O problema é que eu estava dando aula. Ela era minha amiga, aliás, cunhada de uma namorada minha, àquela altura. Eu era um professor jovem, de 20 e poucos anos. Ela entrou na minha sala para chamar a atenção do aluno. Ela teve que sair. Tem uma coisa que é dignidade profissional. *“Não, professora, a senhora é diretora da escola, agora estou em sala de aula. Aqui a autoridade sou eu. Por favor, saia.”*

Eu provoquei a Ministra do Meio Ambiente aqui, em uma audiência convocada pelo nosso Presidente. Ele se lembra bem disso porque, no final, eu voltei a fazer a pergunta, e ela disse: *“Não será expedida licença operacional para Belo Monte se não forem cumpridas as condicionantes”*. Eu disse: *“Ministra, há pressão política”*. Antes da licença prévia, dois Presidentes do IBAMA foram afastados. Os técnicos que escreveram aqueles pareceres — eu esqueci os números — fizeram alguns questionamentos. Por exemplo, o estudo sobre migração que um projeto causa não existia. Como não havia um projeto das canalizações que iriam substituir os cento e tantos quilômetros cercados, aqui citados pelo doutor? Como é que não há um projeto? E como é que não é feito o estudo de impactos



disso sobre o principal de um rio, que são os recursos hídricos? Como isso afeta a piracema e, portanto, o defeso da piracema, ou seja, o direito de os peixes se reproduzirem? Quais são os riscos do desaparecimento de espécies ictiológicas e outras espécies animais e vegetais aquáticas? Qual é o impacto social? Quantas comunidades indígenas serão atingidas, direta e indiretamente?

Há pessoas sendo demitidas, pessoas sendo constrangidas. Mas, se é um profissional de carreira, tem recursos legais. Ninguém vai ser demitido por não descumprir a lei. Nenhuma ordem baseada na ilegalidade tem que ser cumprida. É por isso que uma audiência como esta dá força para o técnico, que, muitas vezes, não tem força política para dizer “não”, porque é um projeto que representa grandes interesses.

Podem ver: quem fez os estudos e está agora tentando responder aos 180 questionamentos dos órgãos do Estado? A WorleyParsons Resources & Energy, australiana. Quem a contratou? Não é preciso fazer uma grande pesquisa. Sabem qual foi a primeira empresa bilionária do País? Hoje é comum pessoas arrotarem os bilhões e bilhões de suas fortunas. Agora mesmo tem um preso aí, com 37 anos de idade, que é a décima terceira fortuna do mundo. Eike Batista, mesmo perdendo bilhões, continua bilionário.

Porém, quando foi construída a Hidrelétrica de Tucuruí, a primeira empresa bilionária foi a Camargo Corrêa. Não pensem que ela é só empreiteira. Ela é empreiteira em todas as áreas, mas a empresa tem ações em bancos. Ela era dona, até um dia desses, sabem do quê? Da Havaianas, essas sandálias que nós gostamos de usar para não furar o pé na floresta. É uma empresa de capital financeiro, na sua fase mais expressiva. Ela atua em todas as áreas possíveis da economia.

Essas empresas são poderosas. Elas mandam no Brasil. É tão difícil dizer que elas não trabalhem para fazer obras, porque são tão poucas de grande porte. Nós estamos falando aqui de oligopólios. Então, os senhores sabem quais são as empresas, mesmo as que estão envolvidas com a área de petróleo? Nós vamos falar de Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS. Enfim, são poucas.



O grande drama é que há uma legislação, o que não é culpa do funcionário da FUNAI ou do IBAMA, que determina, por exemplo, quem vai fazer o estudo. É uma empresa contratada pelos interessados!

Então, o pessoal olha lá: *“eu quero construir a minha casa aqui, bem aqui. Eu quero!”* Aí, dizem assim: *“Tudo bem. Contrate um escritório para fazer um estudo”*. Aí, eu contrato um amigo meu, que diz: *“olha, é perfeitamente aceitável construir a casa do Deputado Edmilson dentro do Plenário 8 da Câmara dos Deputados”*. Bacana! Está aqui o meu estudo de impacto; não vai ter impacto nenhum. Eu provei que não vou inviabilizar as reuniões.

Então, é muito fácil. Depois, elas fazem o estudo, escrevem um relatório. Aí, os órgãos mostram os problemas. Vem enrolação; um técnico olha e diz: *“Não, não contemplou, não tem como aprovar”*. Aí vem o poder político e diz: *“Boom!”*. Aí, o técnico diz: *“Eu não aceito assinar esse relatório”*, e é afastado do cargo de direção, em geral; mas não pode ser demitido, se for funcionário de carreira.

Ninguém é obrigado a abrir mão de sua dignidade profissional para aceitar uma violência como a de Belo Monte. Por isso, eu aplaudi também a Presidente do IBAMA, em certo momento. Hoje, eu a repudio por ter concedido a licença operacional para Belo Monte.

Por isso, meu amigo — não é mais tanto assim; eu fui a Manaus fazer campanha para ele, andar nas ruas de Manaus, onde 30% do povo é paraense; um monte de gente me procurando, pedindo receita médica... fui, porque queria que ele fosse Prefeito de Manaus. Aplaudi quando ele foi nomeado Presidente da FUNAI, João Pedro Gonçalves, porque deu uma declaração, dizendo: *“Eu aceito, desde que seja para cumprir minha missão institucional”*. E qual é a missão da FUNAI? É respeitar as comunidades indígenas, as etnias, os povos, o direito à terra e à religiosidade própria e lutar por mais recursos para viabilizar o máximo de demarcações.

Quando se fala de Mundurucu, está se falando de 19 áreas, terras indígenas, quatro das quais apenas, naquela região, são demarcadas. Mas como o Dr. Felício falou, mesmo que não estejam homologadas — há apenas quatro —, não é possível dizer que um cacique tem a sua aldeia numa área cujo mapa diz que vai



desaparecer, vai ser alagada. Então, não há questionamento se são ou não indígenas.

Nós estamos falando de unidades de conservação, estamos falando de etnias, povos. Se há uma coisa de que eu nunca me esqueço é que, uma vez, meu pai, um dos homens mais dignos que eu conheci, chegou e eu estava empinando não um papagaio; eu estava empinando uma caba — todo mundo sabe o que é caba. Eu tinha tirado o ferrão da caba, amarrado uma linha nela e a estava empinando. Eu nunca me esqueço do esculacho que eu levei, porque eu estava violentando uma vida. Eu tirei o ferrão, o instrumento de defesa do bicho.

Agora as pessoas acham que podem matar indígenas, cometer um genocídio, como um antropólogo que esteve anteontem na CPI da FUNAI, da Missão Novas Tribos do Brasil, que responde a processo por genocídio — ele e seu pai —, por ter entrado na área indígena dos Zo'é, que vivem isolados. Foram responsáveis pela morte de 30% da comunidade. Neste País, isso é como se fosse banal.

Eu já vi um idoso ser preso, aqui em Brasília, porque cortou o caule de um cajueiro para fazer um chá para sua nora, para que ela pudesse curar melhor os ferimentos e as cicatrizes de um parto normal. Foi preso o velhinho, por crime ambiental. Enquanto isso, o desmatamento da Amazônia e do Cerrado continua, a despeito da seriedade e do esforço dos profissionais.

Não é porque Secretário Luiz Fernandes é de partido diferente, que eu não vou respeitá-lo. Eu tenho o maior respeito pelo Dr. Luiz Fernandes, mas ele sabe que agora mesmo houve uma ação contra várias instituições, envolvendo a Jari, várias empresas grandes.

Apesar de todos os escândalos do Brasil, uma coisa boa está acontecendo: estamos vendo gente poderosa algemada e presa, empreiteiros como Marcelo Odebrecht, que financiou grande parte dos Deputados e Senadores eleitos aqui. Isso é novidade. É um período muito recente da história do Brasil. Isso é uma conquista. No entanto, as injustiças ainda são muito grandes contra os pobres.

Vocês me desculpem a emoção, mas há coisas em que não se pode condescender.

Eu não sou contra as hidrelétricas, mas não acho admissível que se reproduza aqui o que se fez em Tucuruí.



O Dr. Felício fez referência a um povo: os gaviões. Ele poderia falar dos paracanãs, que foram também transferidos de terra. Ele poderia falar dos mundurucus, cuja população foi reduzindo, e hoje, meu querido Adalto, é triste dizer, quase todos os jovens, adolescentes e adultos têm dependência química, a álcool e outras drogas. E isso é intencional. Isso é para destruir a etnia!

Eu estava palestrando, num encontro de arquitetos e geógrafos, em Altamira. Ao mesmo tempo, na Assembleia Legislativa, haveria uma homenagem a Sheila Juruna. Tive que fretar avião. Por quê? Porque eu não ia perder nem mudar as datas. Deixei de lado as palestras eu ia fazer. Fiz uma, mas havia outras duas a fazer no Encontro Regional de Geografia. Voltei para Belém, para premiar Sheila Juruna, uma jovem guerreira, referência do povo Juruna na resistência contra Belo Monte. Agora, se vocês procurarem Sheila, verão os próprios Jurunas desrespeitando essa liderança. Sabem por quê? Porque foi para lá a Norte Energia dar carro traçado para indígena, motocicletas poderosas, pagar curso de direção, e uma série de outras violências, para destruir a unidade do povo, para quebrar a resistência.

Não farão isso com os mundurucus — espero.

Os Juruna continuam a resistir lá, mas eles têm um poder enorme, porque têm a riqueza do Brasil sob o seu controle. Para vocês terem uma ideia, foi lançado o projeto do código mineral. O Relator recebeu das mineradoras, para sua campanha, no ano passado, 2 milhões de reais. Com dinheiro, chega-se para os humildes, os doentes, atende-o com uma receita, e o pobre, humilde e tão honesto, paga o favor com voto, para eleger alguém que assinou um relatório que diz ser dele, mas não é dele. Nós agora comprovamos.

Foi preciso o jornal *BBC*, de Londres, que tem filial no Brasil, fazer uma investigação e mostrar que o relatório teve cento e tantas participações de um advogado ligado a Pinheiro Neto, um dos grandes escritórios de advocacia que presta serviços à Vale do Rio Doce e à australiana BHP, responsáveis pelo acidente em Mariana que destruiu o Rio Doce.

Pessoal, isso é gente muito poderosa, mas nós temos o direito de resistir e de dizer “não”.



Eu, pessoalmente, não sou contra hidrelétrica como um princípio — não dá para ser principista —, mas não dá para admitir a possibilidade de que uma hidrelétrica que claramente destruirá não só o ambiente natural não humano, a fauna, mas também comunidades ribeirinhas, povos indígenas tribalizados, tenha a licença. Não pode. Nem um técnico pode, nem um técnico da FUNAI.

Eu questionei João Pedro sobre o fato de a FUNAI dizer: “Olha, as condicionantes não foram cumpridas, vamos multar aqui. No entanto...”.

No entanto, não! Seja exonerado, mas diga à Presidente do IBAMA, diga à Ministra, diga à Presidente da República que não assinará embaixo de uma licença criminosa contra o nosso País!

*(Manifestação da plateia: Muito bem! Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - É assim que tem que ser!

Quero pedir desculpas a vocês. Nós pedimos desculpas por humildade — não tinham que pedir desculpas para nós, não, mas nós pedimos.

Eu concluo, lendo um documento assinado por Juarez, João de Deus, Kabá, e o Adalto, que está na mesa. A nossa querida guerreira Alessandra pediu-me que lesse. É bem curtinho.

*“Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal e demais autoridades,*

*Nós indígenas do povo Munduruku, do Rio Tapajós, com uma delegação de quase uma centena de lideranças e guerreiros, viemos a Brasília para reafirmar nossa posição contrária à PEC nº 215 e todas as iniciativas que visam tirar nossos direitos à Constituição, juntamente com todos os povos indígenas no Brasil.*

*Queremos dizer o nosso ‘basta!’ a essas ameaças e violências contra as nossas terras e nossos projetos de vida. Não queremos a construção de barragens, usinas hidrelétricas, que são uma ameaça muito grande às nossas terras e ao meio ambiente. Queremos que sejam aprovados os direitos dos povos indígenas e que sejam respeitados.*



*Brasília, 9 de dezembro de 2015.”*

Eu me lembrei, esta semana, que, a menos de 1 ano do início das obras de Belo Monte, o ex-Secretário de Segurança publicava, nos jornais do Pará, que havia crescido em novecentos e poucos por cento as prisões por motivo de drogas e que grande parte dos presos não eram presos, mas apreendidos — é como se chama a prisão de adolescentes. Centenas de indígenas foram destribalizados, filhos de trabalhadores desempregados, em uma cidade que tinha 90 mil e que de repente chegou a 150 mil, 160 mil habitantes, sem que uma escola, um hospital ou uma penitenciária nova tenha sido construída. É a crise sendo produzida pelos grandes projetos, e a violência aumentando.

Eu posso ter divergências como Governo do Estado e o Governo Federal, mas o problema é o seguinte: os problemas são gerados, e por que as empreiteiras, que têm lucro, não se responsabilizam pelos problemas que elas criam? Por exemplo, até hoje, não foram indenizados os atingidos por Tucuruí e, certamente não serão indenizados os atingidos por Belo Monte, até porque a usina teve a licença operacional sem que cumprisse condicionantes, estando, portanto, autorizada a encher o lago. O enchimento vai começar dentro de 30 dias, mais ou menos, para que em março a usina esteja produzindo energia, em nome de um desenvolvimento, quando o Pará, como aqui falou, corretamente, o Deputado Arnaldo Jordy, consome hoje 20% da energia, sem precisar de Belo Monte e Tapajós, e todo o resto é vendido para outros Estados do Brasil.

Em São Paulo, quando uma empresa usa a energia de Tucuruí, é o Governo do Estado de São Paulo que arrecada ICMS, e nós, que temos populações atingidas, crise social e ambiental, ficamos com zero.

Isso tem que ter um basta. A Amazônia não pode ser o almoxarifado do subdesenvolvimento do País — isso nem desenvolvimento é, desculpem-me.

Obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Como não há mais Deputados inscritos, eu gostaria de conceder a palavra aos nossos expositores, àqueles que desejarem responder e também fazer as suas considerações finais.



Nós gostaríamos de seguir a mesma sequência. Passo a palavra, então ao Dr. Luiz Fernandes, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará.

**O SR. LUIZ FERNANDES ROCHA** - Obrigado, Sra. Presidente. Serei breve.

Este foi um debate — está sendo ainda, claro — muito enriquecedor. Vemos que precisamos mesmo estar mais próximos, ouvir as populações.

Não é fácil fazer o licenciamento de um empreendimento de grande porte sem ter uma metodologia muito clara, um trabalho muito integrado em todas as esferas — Federal, Estadual e Municipal — e com a população em si.

Esta é a razão da determinação do Governo do Estado, que eu mencionei no início, desse trabalho junto com ONU-HABITAT, para que criemos uma metodologia, independentemente de quem vai licenciar o empreendimento — se o Governo Federal, se o Governo Estadual, se o Governo Municipal. Precisamos fazer diferente, para que não tenhamos as mesmas mazelas, os mesmos problemas que tivemos em grandes empreendimentos.

Anos atrás, havia um empreendimento que ia para o Estado ou qualquer outro lugar, mas, no Estado do Pará, havia uma mobilização muito grande, sem muito critério, para que ele viesse, porque iria criar empregos. Não se pensava muito nas consequências socioeconômicas. Isso foi histórico. Mas hoje, no Estado, tem havido um critério muito grande e, principalmente, esse compromisso dos empreendedores com a população.

Então, o Estado tem feito um estudo detalhado para criar essa metodologia. Temos como piloto o Tapajós. Isso vai nos ajudar não só em Santarém ou em Barcarena, que vai precisar até fazer um licenciamento corretivo — nós precisamos trabalhar nessa direção —, mas também em Tucuruí, para não incorrermos nos mesmos erros.

Volto a dizer: o Estado do Pará está disponível. Nós estaremos trabalhando junto e acompanhando o processo. Essa é a nossa disposição. A Secretaria de Meio Ambiente tem feito esse contato direto com todas as Secretarias Municipais, tem sido essa interlocutora e tem trabalhado muito para o fortalecimento dos Municípios, Deputado Edmilson Rodrigues, inclusive em relação às mudanças climáticas. Nós já estamos desenvolvendo esse trabalho no Estado, com a metodologia que devemos



implementar até o mês que vem, para que haja essa redução dos gases de efeito estufa. Assim, trabalharemos não só essa parte da energia limpa, mas também dos resíduos sólidos, da agropecuária e do desmatamento, que ainda é responsável por uma emissão muito grande. Tem que haver esse trabalho integrado. Isso é o que o Estado está fazendo.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Obrigada.

Concedo a palavra ao Sr. Hilário Vasconcelos, Secretário Municipal de Meio Ambiente de Itaituba.

Vamos tentar reduzir o tempo das falas, por conta da hora, que já está avançada.

**O SR. HILÁRIO VASCONCELOS ROCHA** - Novamente, eu queria agradecer o convite a V.Exa., Sra. Presidente, e dizer que o nosso parecer está disponível no *site* da Prefeitura. Estou à disposição para qualquer esclarecimento e ponderação.

Quero também fazer um agradecimento público ao Secretário Luiz Fernandes, porque, quando há algum empreendimento na nossa região, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente é consultada sobre os programas sociais que vêm sendo feitos, sobre o que se espera, antes mesmo da audiência pública. Portanto, Secretário, eu gostaria de lhe agradecer essa intenção inicial de ouvir primeiramente o Município, mesmo sendo o impacto responsabilidade do Estado.

Voltando ao tema, só foi possível diminuir o desmatamento — já mostrei os números — por conta do apoio que o Estado tem nos dado. É muito complicado diminuir o desmatamento dentro de uma área em que se tem apenas 11% de governança. Atualmente, nós recebemos alguns equipamentos, recebemos um veículo, que vai nos ajudar muito a controlar o desmatamento ilegal e a fiscalizar os licenciamentos.

A Resolução nº 120, do COEMA — Conselho Estadual de Meio Ambiente, que entrou em vigor recentemente, foi muito importante para — digamos assim — deixar os Municípios tomarem conta do seu licenciamento ambiental e para desafogar a SEMAS — Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Assim como a SEMAS consulta o Município, há um desejo muito grande de que o IBAMA faça o mesmo. Mesmo não havendo essa comunicação antes, não



houve problema, porque nós fizemos esse contato. Mesmo assim, eu tenho certeza de que o nosso parecer está sendo analisado, sim, pelo IBAMA.

Inclusive, eu gostaria de agradecer por ter sido muito bem recebido não só pelo IBAMA, mas também pelo Ministério de Minas e Energia. Isso é inédito! Caso venha a ocorrer a implantação do empreendimento, nós não queremos que aconteça a mesma coisa que aconteceu em Altamira e em Tucuruí. Por isso, nós nos antecipamos. Além disso, destinamos uma atenção especial à questão indígena, que é de fundamental importância, como foi muito bem descrito pelos Deputados da Mesa e pelo Dr. Felício.

Muito obrigado pela atenção. Coloco-me à disposição para demais esclarecimentos.

Obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Obrigada.

Concedo agora a palavra à Dra. Regina Coeli, Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica e também Diretora de Licenciamento Ambiental do IBAMA.

**A SRA. REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO** - O Diretor de licenciamento é o Dr. Thomaz Miazak de Toledo, eu sou a Coordenadora-Geral.

Eu também agradeço a oportunidade de estar aqui presente. Eu só sinto a falta nesta audiência — não sei se foi ou não convidado, mas não está presente — de um representante da FUNAI, porque a maioria das questões levantadas dizem respeito à questão indígena.

Eu acho que eles poderiam responder — acho não; tenho certeza — às questões relacionadas aos indígenas, todos esses empreendimentos que foram relatados, em especial o objeto desta audiência, que é São Luiz do Tapajós.

Gostaria de dizer também que concordo com escolhas. Eu acho que na nossa vida nós temos que ter escolhas, e essas escolhas acabam refletindo também nas escolhas dos Governos.

Aqui na Casa do Povo, aos representantes do povo que são responsáveis também pela formulação das leis, eu gostaria só de destacar que o IBAMA, como órgão executor da Política Nacional de Meio Ambiente, é responsável por cumprir as leis. As ações que são e que foram realizadas pelo IBAMA seguiram estritamente as



leis. Se houve problemas no passado — sobre isso eu não posso falar, porque não sei —, eu acho que se tem que seguir o trâmite jurídico a ser seguido.

Eu acho que nós temos que acreditar nas instituições. Apesar de o nosso País estar passando por vários problemas, como ouvimos diariamente, é muito importante que não percamos a noção de que o futuro pode ser melhor e que o presente pode ser o retrato de um passado não muito bom, em termos de estrutura do País, das coisas que nós vemos no dia a dia.

Eu sou bastante otimista. Eu acho que essas coisas que estão acontecendo no Brasil vão deixar o nosso País bem melhor em termos políticos, econômicos e sociais. Essa é a minha visão.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Obrigada.

**A SRA. REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO** - As pessoas falaram tanto, e eu escrevi muito, mas eu vou tentar ser rápida.

O IBAMA é uma instituição que cumpre as leis que estão aí estabelecidas. Muitas dessas leis foram estabelecidas nesta Casa, outras foram estabelecidas em resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente, que tem a participação da sociedade.

Eu tenho certeza de que o IBAMA tem plena autonomia para escolher as pessoas que vão fazer parte das equipes técnicas. Eu acho que nós não precisamos fazer uma audiência pública nos moldes desta. O IBAMA tem plena autonomia para escolher os técnicos, porque há um determinado motivo: muitas vezes precisa de um especialista que está localizado em determinado Estado.

Eu acho que nós temos que acreditar nas instituições, e, se alguma coisa estiver errada, estão aí o Ministério Público, a Justiça para tomar as devidas providências. Mas, a princípio, nós devemos acreditar que as pessoas estão tentando fazer o melhor, que as instituições estão fazendo o melhor. Eu acho que nós não podemos, de cara, achar que seja exatamente o contrário.

Eu falei da situação política, porque se falou de questões de propina, de todos esses tumultos que nós estamos vendo recentemente, como a Lava-Jato, por exemplo. Perguntou-se também por que o IBAMA não chamou membros de universidades para fazer parte da sua equipe técnica.



Na verdade, nós recebemos, durante todo esse processo de licenciamento ambiental, pareceres técnicos vindos de universidades, e esses também são considerados durante a elaboração dos pareceres do IBAMA.

Então, assim como nós estamos recebendo o de Itaituba e do Greenpeace, temos recebido também, sobre outros empreendimentos, pareceres de universidades. E isso não exime o IBAMA de considerar pareceres de universidades reconhecidas do País.

Eu acho que muitas questões levantadas têm a ver também com o desconhecimento do rito do licenciamento ambiental. Então, da próxima vez que eu vier para uma audiência, eu vou trazer um eslaide para mostrar todo o rito do licenciamento ambiental, porque acho que vai ajudá-los bastante a entender. Mas, de maneira geral, falou-se aqui em relação a crimes ambientais e desmatamentos. Posso dizer que quando o IBAMA identifica algum problema que não tenha o desmatamento, que não tenha sido feito de acordo com o que estava previsto na Autorização de Supressão de Vegetação ou qualquer outro problema relativo, porque não se atendeu ao que estava sendo determinado no licenciamento ambiental, isso é motivo de avaliação pela Diretoria de Proteção Ambiental do IBAMA — é uma outra diretoria. E se o órgão jogar que realmente isso gerou um problema que foi classificado como crime ambiental, isso é também motivo de multa.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Permita-me, para colaborar, fazer uma observação. O problema é que a justiça no Brasil é para não acontecer. Por isso, nós temos que impedir ações de judicialização.

Foram citadas aqui 23 ações. Em 2010, quando defendi minha tese de doutorado, eram dez apenas — aliás, nove. Hoje há 23 ações do Ministério Público, não de um cidadão; do Ministério Público Federal, de uma Procuradoria da República brasileira, que é a nona economia do mundo. E, ainda assim, a maioria está nas gavetas, inclusive processos relacionados à hidrelétrica de Tucuruí — quando falamos em Tucuruí, estamos nos referindo a quantas décadas? Três décadas, exatamente três décadas. Trinta e um anos, na verdade. Até hoje, os atingidos, indígenas e não indígenas, não foram indenizados. A ELETRONORTE não está nem aí.



Vamos pegar o exemplo concreto de São Luiz do Tapajós. Qual é a área que vai ser alagada? Setecentos e vinte e nove quilômetros quadrados. Sabem o que é isso? É uma área maior do que Belém, Capital do Estado do Pará. Salvador é a terceira ou quarta metrópole brasileira. Todo mundo quer conhecer a Bahia, adora a Bahia, não é? É como se toda a Capital da Bahia, Salvador, desaparecesse, virasse um grande lago.

Agora, eu pergunto: quantos milhões de espécies florísticas e faunísticas desaparecerão? E não é crime. A aldeia do cacique vai desaparecer, e não é crime, porque, infelizmente — eu não estou dizendo que a culpa é dos técnicos aqui —, há toda uma pressão política e toda uma norma que favorece a afirmação de que não é crime aquilo que a rigor é uma violência ao equilíbrio ambiental. Só que a Constituição fala em desenvolvimento com equilíbrio ecológico. Então, não é admissível.

Sei que a pressão é grande, mas, se não se obedece ao que está na lei, não será um ou 40, como em Belo Monte, ou 180 problemas já vistos no relatório prévio. Tenho certeza de que, se for cumprida a lei, será “não”.

Não haverá São Luiz do Tapajós. Não é possível admitir que seja legal destruir, remover comunidades indígenas, fazer desaparecer uma área de floresta equivalente a Salvador, por exemplo.

**A SRA. REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO** - De qualquer maneira, só concluindo, ao servidor público só é permitido fazer o que está na lei.

Então, concluindo, agradeço a todos a atenção. Continuo a me colocar à disposição no IBAMA. Bom dia a todos!

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Muito obrigada.

Concedo a palavra agora à Dra. Maria Aragão, Chefe da Assessoria Especial em Gestão Socioambiental da Secretaria Executiva do Ministério de Minas e Energia para as suas considerações.

**A SRA. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS RÊGO**- Novamente, eu gostaria de agradecer o convite. É um debate bem caloroso e enriquecedor.

Gostaria de destacar que o Ministério de Minas e Energia vem trabalhando arduamente no sentido de que sua matriz energética seja a mais limpa e renovável possível.



Nos últimos anos, tivemos um incremento muito grande de energia solar e eólica. Quem tiver curiosidade de consultar os nossos documentos e planos decenais poderá constatar isso. Tanto isso é verdade que os nossos últimos leilões têm comprovado que boa parte dos projetos de geração de energia estão vindo dessas fontes.

Com relação ao comentário do Procurador Felício quanto à qualidade dos estudos indígenas, nós concordamos que ele realmente carece de informações. Infelizmente, durante a elaboração dos estudos do componente indígena, a FUNAI e a comunidade indígena não concederam autorização aos pesquisadores para que pudessem entrar na área, nas aldeias e fizessem um levantamento de dados primários.

Então, entendemos que há necessidade dessa complementação dos estudos, assim como há necessidade de abrir mais o diálogo com a comunidade indígena no âmbito da Convenção da OIT, no âmbito do licenciamento, no diálogo informal. É importante fortalecer esse diálogo, entender as preocupações dos indígenas, desmistificar muitas informações equivocadas. A informação técnica é importante, mas também é importante que chegue à comunidade indígena a verdadeira informação. Quer queira, quer não, essa expectativa que se cria é muito dolorosa tanto para a comunidade como para nós.

Infelizmente — faço aqui minhas as palavras da Regina —, a FUNAI não está aqui para debater conosco esta questão, até porque nós viemos muito preparados para discutir o EIA-RIMA, o parecer da Prefeitura de Itaituba. Mas, enfim, eu acho que o diálogo é válido, a conversa é válida. Acho importante que haja uma conversa franca com todos os atores, seja o Governo Federal, seja o Estadual, seja o Municipal, seja a sociedade civil.

Reconhecemos que, em alguns projetos hidrelétricos do passado, tivemos muitos problemas. Sim, isso é fato, até por falta de uma legislação ambiental mais assertiva, por falta de uma participação mais contundente do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, enfim. Mas isso não justifica, é claro. Nós estamos procurando fazemos com que mais e mais os nossos projetos atendam a todos os preceitos ambientais que sejam socialmente justos. É óbvio que se houve algum erro nesse



processo todo, ele tem que ser consertado, sim. O Ministério de Minas e Energia prima para que as suas concessões públicas atendam a todos os preceitos legais.

Então reforço, mais uma vez, a necessidade de estarmos juntos e construindo esse processo, todos nós. Com isso, quem vai ganhar é a sociedade, é o Brasil.

Novamente, eu gostaria de agradecer e de colocar o Ministério à disposição.  
Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Muito obrigada.

Gostaria de passar agora a palavra ao Dr. Felício Pontes, Procurador Regional da República na 1ª Região.

**O SR. FELÍCIO PONTES JÚNIOR** - Obrigado, Deputada Júlia. Eu queria agradecer a V.Exa., ao Deputado Joaquim Passarinho, à Deputada Simone Morgado, ao Deputado Arnaldo Jordy, ao Deputado Edmilson Rodrigues. É uma honra, como paraense, ver a bancada do Pará na Câmara atuando, e atuando de uma forma tão forte e tão incisiva em temas que são cruciais para o nosso Estado.

Quero dizer que o Ministério Público Federal tem vários grupos de trabalho em relação a essas causas. O principal deles é o Grupo de Trabalho sobre Licenciamento de Grandes Empreendimentos, composto por vários Procuradores. Dentro dele, o que se traz para a mesa de trabalho é sempre o pensamento institucional, não o pessoal.

Eu venho aqui substituindo o Procurador da região, Dr. Luís de Camões. Essa era uma mensagem já acertada com todos os Procuradores que fazem parte deste grupo, é a visão institucional do MPF.

Obrigado, mais uma vez. Parabéns pela iniciativa e pela coragem. Força para vocês nesse trabalho aqui na Câmara.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Obrigada, Doutor.

Passo agora a palavra ao Sr. Adalto Munduruku, Chefe dos Guerreiros do Povo Munduruku.

**O SR. ADALTO AKAY MUNDURUKU** - Oi. Boa tarde de novo.

Dizem que o IBAMA dá licença ambiental. Eu acho que o IBAMA não está cumprindo o trabalho dele. Dizem que ele é sustentável, mas não é. Sabem por quê? O trabalho do IBAMA nos reservatórios não é construir o ambiental, porque, de



acordo com o que eles estudaram, é para se preservar a floresta, não é para fazer destruição.

Eu estou falando aqui do nosso direito garantido de ter autodemarcado...

Vocês estavam dizendo que estão fazendo o diálogo com os povos indígenas, mas nunca vi. Eu sou liderança, mas eu nunca vi conversa. Assim também foi a audiência pública do índio jacareacanga.

Eu já vi vários policiais armados querendo dialogar com a gente, mas não posso fazer assim. Eu estava presente na porta, ia entrar, mas os policiais não me deixaram entrar. Disseram para mim: “*Esse não pode*”. Se eles querem dialogar com a gente, podiam ficar como a gente estava conversando aqui: todos presentes da minha comunidade. Não é assim. Chamam só os capitães, três, quatro, cinco pessoas. Nas nossas terras não é uma só pessoa que está morando. Tem muita gente: quase 15 mil pessoas mundurucu estão morando lá.

Por isso, eu não estou concordando com o licenciamento do IBAMA. O IBAMA podia fazer em papel, garantido, como a Constituição ou a Convenção 169. Assim também é o nosso protocolo dos Sai Cinza. Nosso protocolo diz que não se pode ser ouvidas as pessoas que são minoriais, tem que ser ouvido o povo em geral. Isso está garantido na nossa Constituição Federal.

Por isso, estou muito preocupado. O Governo não pode transformar em destruição as nossas terras, porque a gente precisa ter terra também. Nós somos gente. Por isso, a gente tem que estar em paz com vocês, ter todo o respeito por vocês. Vocês podiam nos respeitar também.

É isso. Muito obrigado. Desculpe-me. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Muito obrigada.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY** - Sra. Presidente Júlia, conceda-me 30 segundos apenas para fazer uma sugestão. Eu sei que já estamos adiantados na hora.

Apenas quero dizer o seguinte: eu queria que V.Exa. depois visse a data para agendarmos com antecedência, no início da legislatura do ano legislativo seguinte, essa audiência em Itaituba, reproduzindo esse debate *in loco*, se possível com a presença, além das entidades que já estão aqui, da FUNAI. Até porque o que foi dito aqui é muitíssimo grave, como o líder mundurucu estava dizendo.



Eu já estive com a doutora numa audiência pública, não sei se foi com o Dr. Felício Pontes ou com o Dr. Ubiratan Cazetta, à época em que a Juíza Federal, Dra. Rita, da Justiça Federal, resolveu fazer uma audiência pública. E eu vi o Sr. Guapindaia, que era o adjunto do Sr. Márcio Meira, quase apanhar dos índios por ter dito que eles foram consultados em relação a uma audiência pública. Nós tivemos que intervir fisicamente para evitar que o coitado do Guapindaia, que estava lá representando a FUNAI — coitado porque é franzino —, apanhasse muito. E o Guapindaia, que é nosso amigo, independentemente das divergências que temos, seria trucidado pela fúria justa dos representantes que lá estavam.

Então, a FUNAI tem que estar presente.

Há dois projetos de lei tramitando nesta Casa que ampliam a competência, que hoje é exclusiva da União, tratando desses licenciamentos loucos e sem critérios — na minha opinião, e respeito quem pensa de forma diferente —, para que respeitemos pelo menos os Estados Federados, o conceito de Federação, as unidades federadas, concorrentemente. Não é para substituir a União pelo Estado, mas para que haja uma competência concorrente com a União, e os Estados possam dizer se concordam com as condições. Isso me parece tão óbvio, mas, infelizmente, isso não anda aqui.

Então, apelo a todos os Deputados e às entidades para que façamos um *lobby* em relação a esses projetos. Um deles é de minha autoria, mas existe mais um que trata da mesma matéria. E eu acho isso absolutamente importante.

Era essa a observação que eu queria fazer.

Com relação à questão do Supremo Tribunal Federal, eu concordo com a ponderação feita pela Deputada Simone Morgado. Que possamos seguir a orientação do Ministério Público e que nos coloquemos à disposição para fazer essa sensibilização, essa provocação no Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade disso, por conta do crime de agressão aos preceitos constitucionais.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Obrigada, Excelência.

Tem a palavra o Sr. Bruno.

**O SR. BRUNO MUNDURUKU** - Sim, doutores. Boa tarde. Meu nome é Bruno Munduruku, do Alto do Tapajós. Estamos aqui porque a gente vem sofrendo por lá.



Ninguém vem dormindo direito por causa da questão da barragem. A gente está pedindo não é barragem, a gente sempre está pedindo demarcação da terra indígena.

Essa barragem já está mostrando o que está morrendo lá nas Sete Quedas. Porque já está começando de peixe estar morrendo. Eu acho que não é todo o pessoal de Brasília que conhece peixe, porque aqui não tem peixe. Mas lá tem peixe. Por isso que a gente quer..., mas não agora.

A gente veio aqui para sair daqui e mostrar que quer resultado. Nós queremos fazer o nosso documento e mostrar para a nossa aldeia. Porque a gente precisa, para a gente saber, mas não a questão de barragem. Porque nós temos direito. Deus fez os Tapajós para quê? Para que lá mexessem, colocassem barragem e sujasse? Não! Há vários animais lá, como peixes. Tudo o que tem lá é sagrado. Por isso que eu falo aqui que é sagrado. O meu pai tinha — o nome dele é Biboi... Tinha o cacique Geraldo. Ele fala assim: *“Lá que tem muito sagrado”*. O que é sagrado? Para mim tudo é sagrado, como as águas e as florestas. Nem por isso queremos perder a terra, nem que se suje a água. Então, isso é o que estou passando para os senhores.

Nós viemos aqui discutir, para conversar também, né? Por que várias pessoas estão vindo para cá? Porque não estamos gostando nada dessa questão da barragem. O que a gente precisa? A gente precisa de hospital municipal e escola municipal, mas não de barragem. Será que isso é projeto do Governo? Mas tem outras coisas também, mas não com barragem, mas não para sujar água. O pessoal quer dormir tranquilo, também.

Por que urge o tempo? Eu acho que o Governo não deve trabalhar assim, para quem quer trabalhar direito. Eu sei que o pessoal está querendo. Um dia o político vai precisar da gente de novo. Não é isso, não? É verdade. É disso que ele precisa. O Sr. Felício Pontes conheceu com a gente lá a nossa aldeia. Já estive quase dez vezes lá. Já participou da nossa reunião muitas vezes, nem por isso conhece lá. Eles conhecem florestas, conhecem quase tudo por lá.

Era isso o que eu queria passar para os senhores.

Obrigado.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Está ótimo. Vamos registrar aqui a sua colocação.

Gostaríamos de registrar a presença do nobre Deputado Delegado Éder Mauro. Seja bem-vindo a esta Comissão. Esta é uma Comissão muito comprometida com o nosso Estado.

Gostaria de fazer um encaminhamento, Deputado. Nós vamos conversar com o Deputado Átila Lira, para que possamos agendar a audiência para o início do ano que vem. É claro que teremos alterações nas Presidências e nas composições das Comissões, mas, enquanto estivermos na Presidência da CINDRA, vamos dar andamento a esta audiência pública, como disse o Deputado Edmilson Rodrigues, ou em Santarém, por ser um polo maior, ou em Itaituba, por ser um Município atingido.

Então, nós vamos sentar, acertar, marcar, agendar e fazer já os convites para que essa audiência aconteça lá e para que nós tenhamos a oportunidade de conversar, de discutir e de dar também oportunidade àqueles que diretamente serão atingidos.

**O SR. ANTÔNIO PEREIRA** - Eu moro no Município de Aveiro e eu sei da dificuldade que a gente passa, nós povos indígenas, os ribeirinhos e outras pessoas que moram à beira do Rio Tapajós.

Nesse tempo de seca, queria que a senhora fosse lá para ver a dificuldade pela qual nós passamos para chegar a Aveiro, para nós pegarmos o rio.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Eu conheço lá. Eu conheço lá.

**O SR. ANTÔNIO PEREIRA** - É aquela seca.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Nós nos referimos a Itaituba pelo fato de a construção da hidrelétrica estar nesse Município, mas nós sabemos que em toda a extensão do Tapajós, pelo menos nas proximidades, todos os Municípios serão atingidos.

**O SR. ANTÔNIO PEREIRA** - Também o nosso rio está na mira, porque querem fazer o canal.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Certo.



**O SR. ANTÔNIO PEREIRA** - Querem fazer o canal. Então, pior vai ficar também para nós.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Nós vamos ter oportunidade de estar lá no Município, para conversar, para esclarecer, para discutir todas essas questões. Nós já estamos vivendo situações complicadas com a Belo Monte, e não vai ser diferente na região de Itaituba.

Quando eu digo Itaituba, é pelo fato de estar localizado nesse Município. Eu conheço toda aquela região. Eu já andei no Tapajós ali, para cima, para baixo. Eu conheço lá a cidade de Aveiro. Eu estive agora, nesse período da estiagem, andando lá no Tapajós e sei da dificuldade por que passam todos aqueles que dependem do rio ali para sobreviver.

Nós gostaríamos de dar continuidade, até porque as horas se avançam muito. Nós gostaríamos de aproveitar para colocar em votação a ata desta reunião.

Antes de encerrar os trabalhos, coloco em votação a ata da presente reunião.

Consulto os Srs. Deputados se podemos dar por aprovada a ata da presente reunião, tendo em vista que a reunião foi integralmente gravada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.  
(Pausa.)

Aprovada a ata.

**O SR. JAAS DE DEUS** - Queria acrescentar algumas coisas. Na verdade, nós da região do Pará, onde está prevista a construção de uma barragem, queríamos fazer um pedido. Os senhores não vão pensar para trazer outra forma de energia, para construir outra forma de energia?

O senhor fala muito bem que para trazer outra forma de energia seria melhor para o povo brasileiro, para o povo do Pará. Na verdade, os governos estão enganando o povo brasileiro, não só o povo munduruku, não só outras etnias, mas todo o povo brasileiro.

É por isso que nós viemos para cá reivindicar os nossos direitos. Nós não queremos que construam uma barragem. Nós não queremos que o nosso rio seja afetado.

Era isso o que eu queria falar.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Júlia Marinho) - Muito obrigada pelas suas palavras. Muito obrigada.

A partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão ao dispor dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente, na Internet, no *link* Audiências Públicas.

Gostaria de agradecer a presença dos nossos convidados e a exposição belíssima e clara que foi feita. Gostaria de agradecer também a presença de toda a comunidade indígena, que veio de tão longe para prestigiar, participar e fazer as suas colocações.

Agradeço também a participação dos internautas que acompanharam esta audiência pública.

Declaro encerrada a presente reunião.

Uma boa tarde a todos os senhores e a todas as senhoras.

Muito obrigada.